



ENTREVISTA

Os novos coordenadores regionais do STAL

Realidades distintas, mas a mesma determinação na luta pelos direitos e interesses dos trabalhadores.

PÁGINAS 2 E 3

CONSULTÓRIO JURÍDICO SIADAP

Exigir em 2025 a avaliação do biénio 2023/24, nos termos a que se tem direito.

PÁGINA 6

OE 2025

É preciso continuar a luta por uma vida digna

550 mil trabalhadores da Administração Pública estão fora das cedências parciais e selectivas realizadas pelo governo PSD/CDS.

PÁGINAS 12 E 13



DOSSIER CARREIRAS

Desvalorização inadmissível, injusta e desprestigiante

O STAL exige que se reponha a estrutura anterior das carreiras, se respeitem as profissões e se valorizem as remunerações.

PÁGINAS 14 E 15



25 DE OUTUBRO E 9 DE NOVEMBRO, EM LISBOA E PORTO

LUTAR CONTRA O EMPOBRECIMENTO!

AUMENTAR SALÁRIOS, VALORIZAR CARREIRAS, REFORÇAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Após a manifestação nacional do STAL em 20 de Setembro, a luta prossegue com as acções de protesto convocadas pela Frente Comum (no próximo dia 25) e da CGTP-IN (9 de Novembro) para exigir ao Governo a valorização profissional e salarial, e o direito a uma vida digna.

ENTREVISTA



CARLOS MIGUEL
CASTELO BRANCO



NÉLIA AMARAL
PONTA DELGADA



JOÃO CLARO
AVEIRO



JOSÉ SANTANA
SETÚBAL



FRANCISCO MARCOS
BRAGANÇA

OS NOVOS COORDENADORES REGIONAIS DO STAL

Realidades distintas, mas a mesma determinação na luta pelas reivindicações

Dos 22 coordenadores das Direcções Regionais do STAL, sete são “caras novas” nesta importante tarefa, o que diz bem da capacidade do Sindicato de se renovar e de manter o ímpeto na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Administração Local.

A pesar das realidades locais próprias, comum aos novos coordenadores regionais do STAL – Carlos Miguel (Castelo Branco) Francisco Marcos (Bragança), João Claro (Aveiro), José Santana (Setúbal), Mariana Violante (Leiria), Nélia Amaral (Ponta Delgada) e Paulo Canau (Portalegre) – é a necessidade de tornar o STAL mais forte, reforçando as estruturas locais e a sindicalização, bem como intensificar a presença e a acção do Sindicato nos locais de trabalho, condições essenciais para lutar pela resolução de situa-

ções graves, como a deficiente (ou mesmo a ausência) avaliação de desempenho; os bloqueios à contratação colectiva; a incorrecta ou inexistente aplicação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI); ou as precárias condições laborais que ainda persistem em autarquias de Norte a Sul do País. Empossada a 17 de Janeiro, desde logo a nova Direcção Nacional e os coordenadores regionais do STAL “arregaçaram as mangas” e, com um mandato claro e renovada determinação, puseram “mãos à obra” em defesa da melhoria das condições

de trabalho e de vida de todos os trabalhadores da Administração Local.

MAIS SÓCIOS, UNIR OS TRABALHADORES...

Na região de Castelo Branco, um dos principais problemas prende-se com a avaliação dos trabalhadores das juntas de freguesia, adiantando Carlos Miguel que “há trabalhadores com 20 ou 30 anos de serviço que nunca progrediram na carreira por avaliações incorrectas ou mesmo inexistentes”, situação que tem levado a direcção local do STAL a intervir junto das autarquias

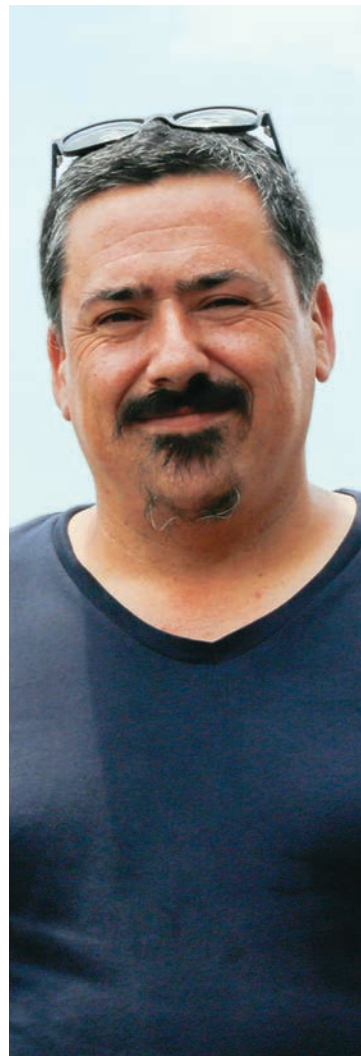
e de outras entidades empregadoras.

O dirigente de Castelo Branco revela, ainda, que “também os trabalhadores das escolas e dos postos médicos, por via da transferência de competências para os municípios, têm procurado o apoio do STAL”. E é com satisfação que Carlos Miguel confessa a “boa receptividade” às propostas do Sindicato, que tem reforçado a relação de confiança e a proximidade junto dos trabalhadores, considerando que se está no “caminho certo”.

Também “fazer mais sócios” e “unir os trabalhadores para, em



MARIANA VIOLANTE
LEIRIA



PAULO CANAU
PORTALEGRE

conjunto, lutarmos pelos nossos direitos e interesses” são os objectivos traçados pelos coordenadores do STAL de Aveiro e de Bragança.

Reconhecendo a região de Aveiro como “politicamente muito difícil”, João Claro defende que os “obstáculos serão superados tornando o STAL ainda mais forte e unindo e mobilizando os trabalhadores na luta convergente por mais salário e melhores condições de trabalho”.

Já Francisco Marcos (DR Bragança) elenca também a melhoria das condições de trabalho – a par da “assinatura de ACEP e o respeito pelas profissões” – como prioridade do trabalho sindical no seu distrito.

“As autarquias demoram a aplicar os direitos dos trabalhadores, pelo que a nossa capacidade de os mobilizar é essencial”, sublinha o dirigente, acrescentando que é preciso “contagiar todos os trabalhadores para a luta, promovendo a unidade, a solidariedade e a determinação, independentemente das profissões ou das carreiras”.

Explicando que “as autarquias

“A nova Direcção Nacional e os coordenadores regionais “arregaçaram as mangas” e puseram “mãos à obra” em defesa da melhoria das condições de trabalho e de vida de todos os trabalhadores da Administração Local.

usam e abusam dos contratos do IEFP [CEI e CEI+], incrementando a polivalência e a precariedade”, Francisco Marcos defende que “é preciso denunciar essa prática de trabalho precário”, assegurando que o STAL “está mobilizado e determinado na luta para garantir melhores condições de trabalho e uma vida digna aos trabalhadores”.

... E MELHOR AVALIAÇÃO E CONDIÇÕES LABORAIS

Na região de Setúbal, às já referidas prioridades comuns às DR, juntam-se a “a eleição de representante em SST em todas as autarquias” e a intervenção junto destas pela melhoria das

condições de trabalho, considerando José Santana “inadmissível” que ainda haja “autarquias com condições laborais muito precárias, que não se justificam no séc. 21, como a questão da lavagem de fardamentos nos sectores dos RSU e esgotos, ou balneários e refeitórios sem condições e falta de equipamentos de protecção individual [EPI]”.

Face à persistência dessas situações também em Leiria, a DR local está a fazer um levantamento das condições precárias nas autarquias da região – “algumas das situações estão por resolver há vários anos, sobretudo nas oficinas municipais” –, apontando ainda Mariana Violante “a falta ou deficiência nas avaliações de desempenho, o que põe em causa a progressão na carreira e prejudica gravemente os trabalhadores”, como um dos problemas graves naquele distrito, pelo que defende ser “preciso trabalhar para tornar mais célere e clara a comunicação entre as autarquias, os trabalhadores e os seus representantes”.

Já a coordenadora da DR de Ponta Delgada assume que tem “vários desafios a superar”, como “o aumento da sindicalização” e o “reforço da presença nos locais de trabalho”, apontando Nélia Amaral “a grave deficiência na aplicação do SPI e do SIADAP, isto quando as autarquias o fazem”, como “grandes problemas” na região. Semelhante problema é sentido no Distrito de Portalegre, onde a intervenção da DR do STAL já levou a que “sete das 15 autarquias da região passassem a auscultar os trabalhadores, quando só duas o faziam”, adiantando Paulo Canau que o objectivo “é que todas o façam em 2025”. Com mais de 40 juntas de freguesia, além de bombeiros e muitas empresas, e com os trabalhadores a serem deslocados das autarquias para essas empresas, a DR do norte alentejano enfrenta o desafio de ter de “ir atrás deles para continuar a prestar-lhes todo o apoio”, até porque, como também salienta Paulo Canau, “há péssimas condições de trabalho em algumas autarquias, como a situação do amianto e do refeitório no Crato, além de estaleiros sem balneários e outras situações já sinalizadas, nomeadamente em cemitérios, e EPI em falta”. ■

O caminho é a luta por melhores condições de vida e de trabalho!

O governo PSD/CDS continua apostado em agravar os problemas dos portugueses, esforçando-se por fazer passar a mensagem da preocupação com a pobreza, os jovens e os reformados. Mas só há uma maneira de resolver estes problemas: o aumento significativo dos salários, a justa distribuição da riqueza (produzida por quem trabalha) e o reforço do investimento nos Serviços Públicos. Portanto, o discurso do Primeiro Ministro e do Governo é só propaganda!

Os salários estão cada vez mais curtos do que o mês. Os preços dos bens essenciais estão insuportáveis. Em Dezembro de 2023, o poder de compra era menor do que em 2021; dos trabalhadores que descontam para a Segurança Social, 62% têm um salário inferior a 1000€; em 2023, a taxa de pobreza na população empregada era de 10%. E, segundo o INE, o limiar da pobreza, em 2022, correspondeu a 7095€ anuais ou 591€ por mês.

Do outro lado, os lucros são obscenos e continuam a subir: só no primeiro semestre, os grandes grupos económicos tiveram lucros de 32,5 milhões de euros/dia!

O Governo tenta enganar os “tolos”, mas quem vive do seu trabalho e das suas pensões/reformas não se deixa enganar. Os problemas não se resolvem com suplementos, medidas sociais avulsas ou reduções pontuais de impostos.

São tantos os trabalhadores que pensam e dizem: “uma vida a trabalhar e não passo da cepa torta!” É fundamental desmontar a ideia de que quem trabalha está votado a uma vida de dificuldades.

Num tempo marcado pela desigualdade, apesar do crescimento da riqueza produzida, e por lucros recorde das grandes empresas, o empobrecimento dos trabalhadores não é obra do destino, é fruto da exploração capitalista!

Desmontar a ofensiva ideológica é uma tarefa que exige persistência e tenacidade para romper com os preconceitos com que, todos os dias, os trabalhadores são bombardeados.

É urgente, possível e necessário o aumento geral e significativo de todos os salários e pensões; recuperar o poder de compra para acudir às urgências que todos os meses ficam sem resposta, para que os jovens, e menos jovens, não procurem noutros países a valorização que aqui lhes é negada, para que quem viveu a trabalhar possa envelhecer com dignidade; e garantir as Funções Sociais do Estado e o funcionamento dos Serviços Públicos, de forma a garantir o acesso universal e gratuito de todos os que vivem em Portugal, sem discriminação!

Neste quadro de grande agravamento das condições de vida e de trabalho, o STAL continua a dinamizar a luta nos locais de trabalho, tanto nas autarquias como nas empresas municipais e concessionárias, resistindo à ofensiva, exercendo e conquistando todos os dias novos direitos, intervindo numa realidade em que o confronto se torna cada vez mais exigente.

É esta postura combativa, reivindicativa e corajosa que será responsável pela alteração da correlação de forças e pela criação de condições que permitam garantir, aos trabalhadores, os seus legítimos direitos e concretizar as suas aspirações. O STAL tem uma certeza inquestionável: o caminho é a luta por melhores condições de vida e trabalho! ■

MARIANA VIOLANTE

Éa mais velha história do mundo do trabalho. Quando a crise começa a apertar e os meses a ficarem cada vez mais longos para os salários de miséria que “ganhamos”, alguém tem de levar com as culpas.

E, claro, que não é quem paga pouco que vai levar com essa culpa. Era o que faltava. Não! Quando a crise aperta, começa a “caça” ao imigrante, ao excluído, ao “outro”. Nunca falha.

São várias as razões e as “vantagens” desta estratégia. Primeiro que tudo, porque o imigrante – que tem mais em comum com a maioria dos trabalhadores do que com as elites mal pagantes – parece muito mais diferente do que aquilo que verdadeiramente é. Fala outra língua, tem outra cor de pele, a cultura tem algumas diferenças, tudo ótimas características para nos fazerem crer que são de outro planeta, para onde devem voltar, porque são os verdadeiros causadores dos problemas.

Se vivem em casas sobrelotadas, não é devido à especulação imobiliária ou por ganharem salários de miséria (quantos de nós temos de dividir casas com a família, quantos de nós ficamos sem ordenado antes do fim do mês?), mas porque não cabem cá, claro! O curioso é que se cá não estivessem a contribuir para a nossa economia, o País estaria em muito piores lençóis, um facto que nem a extrema-direita se atreve a desmentir.

EXPLORAÇÃO E LUCRO GANANCIOSO

Os números falam por si [ver artigo em baixo] e, ao contrário do que nos queriam vender, facilmente se demonstrou que a população activa imigrante ajuda a sustentar a nossa economia e os nos-

Lembra-te sempre do Outro!

Quando a crise aperta, começa a “caça ao imigrante”, ao excluído, ao “outro”. Nunca falha! O curioso é que se cá não estivessem a contribuir para a nossa economia, o País estaria em muito piores “lençóis”, um facto que nem a extrema-direita se atreve a desmentir.



sos Serviços Públicos. É então aqui que surge sempre outro argumento clássico: “os imigrantes roubam-nos o trabalho, e trabalham por menos!” E muitos de nós, incautos e de reacção fácil, até acreditamos à primeira nesta falácia, sem per-

ceber que este é o busfílis da questão: a culpa dos nossos salários de miséria, da nossa vida despedaçada e precária não é de quem ganha ainda menos que nós e tem vidas ainda piores. É de quem quer pagar ainda menos a nós e a eles.

É que, apesar de tudo, o nosso país ainda tem leis que pretendem fazer valer os Direitos Humanos, o que é muito caro para quem precisa de explorar ainda mais para aumentar o seu lucro ganancioso.

Por isso é que ainda há por aí quem pretenda fazer referendos ociosos que em nada contribuirão para fazer parar a entrada de trabalhadores estrangeiros em Portugal, apenas os irão empurrar para a clandestinidade e aumentar a precariedade das suas condições de vida, e aos restantes para piores condições de vida também. Alguns dos que subscrevem estas “narrativas” são os mesmos “cidadãos de bem” que, depois, terão nas suas empresas esses mesmos trabalhadores desprotegidos, desamparados e escravizados. De uma vez por todas, temos de começar a conseguir ver que os homens que nos dizem que os imigrantes querem a nossa mísera fatia de bolo estão sempre, mas sempre, a falar de boca e barriga cheia, todos lambuzados, com arcas frigoríficas infinitas de pão de ló debaixo de si. ■

CONTRIBUIÇÕES SÃO SETE VEZES SUPERIORES AO QUE RECEBERAM

Imigrantes deram mais de 1600 milhões de euros de saldo à Segurança Social

Mantém-se a tendência de os cidadãos estrangeiros terem maior capacidade contributiva do que os nacionais. E o Observatório das Migrações diz que, “sem os imigrantes, alguns sectores económicos entrariam em colapso” em Portugal.

■ Os imigrantes contribuíram com 1861 milhões de euros para a Segurança Social em 2022, enquanto beneficiaram de cerca de 257 milhões de euros em prestações sociais, ou seja, o valor das contribuições é sete vezes

superior aos das prestações que receberam. Desta forma, verificou-se um saldo positivo das contribuições dos imigrantes de 1600 milhões de euros naquele ano.

Dados do Bando de Portugal in-

dicam que ganham menos do que os portugueses: em 2023, a mediana das suas remunerações mensais situou-se em 769€ nos trabalhadores jovens e em 781€ nos com mais de 35 anos. Para os trabalhadores nacionais,

os valores são, respectivamente, 902€ e 945€.

Já o Observatório das Migrações (OM) diz que os imigrantes são 7,5% da população residente e 13,4% do total de trabalhadores, tendo o peso entre os con-

tribuintes para a Segurança Social subido para 13,5%, mantendo-se, em 2022, a tendência de os estrangeiros terem maior capacidade contributiva: 87%, face a 48% para os portugueses. O relatório do OM revela, igualmente, que os estrangeiros estão em trabalhos precários, mal pagos e mais arriscados, e por estarem em categorias abaixo das suas qualificações, trabalham também mais horas semanalmente. E apesar de terem uma taxa de desemprego mais do dobro da dos portugueses, e com menos contratos sem termo, recorrem muito menos às prestações da Segurança Social. ■

LUÍS CORCEIRO
ADVOGADO

Esta doidice desenfreada vem a propósito dos regulamentos para a prevenção e controlo do consumo de álcool e drogas que ultimamente têm sido elaborados em catadupas de asneiras jurídicas.

O poder regulamentar dado pelo Estado às autarquias, que não são Estado, previsto na Constituição (art.º 241) é um poder sério, a usar com parcimónia e responsabilmente, que não pode ser nem abastardado nem desviado para finalidades contrárias à ordem jurídica. Se a recomendação “beba com responsabilidade” se aplica à população, também a regra “regulamente com moderação e responsabilidade” se aplica, por maioria de razão, às desenfreadas autarquias.

Avaliando a quantidade de regulamentos de álcool que têm surgido nos últimos meses, terá aberto a caça ao trabalhador autárquico que consome álcool em meio laboral, em vez de se abrir o combate às motivações e causas próximas ou remotas, a montante, que conduzem, em regra, às situações de consumo inapropriado em meio laboral.

E vai daí, mais parece que as autarquias e empresas municipais acordaram todas de vez para o problema, que nem é sequer novo, e começaram a produzir textos castigadores e repressivos, as mais das vezes ao arpejo da lei e da ordem jurídica, até com atropelo de direitos fundamentais.

Pior que isso, que já de si significa incapacidade autocrítica, também nos parece evidente que se copiam umas às outras. Quais alunos batoteiros, que espriam os vizinhos à descarada e plagiam os regulamentos dos outros. Nota-se bem isso, porque o baixo nível técnico do copianço autárquico vai ao ponto de se copiarem as asneiras e os pontapés na gramática legal.

INFORMAR E SENSIBILIZAR

Centremo-nos em casos recentes de regulamentos para a prevenção e controlo do consumo de álcool e drogas ilegais em meio laboral, como o da Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, cujo regulamento – em vez de promover hábitos e estilos de vida saudáveis, e de olhar para os consumos excessivos de álcool ou de outras substâncias psicoativas como um problema de saúde que deve ser prevenido e tratado – pretende resolver o problema pela coerção, arbitrariedade e repressão.

Também o regulamento dos serviços da Câmara Municipal de Braga, em vez de prevenir, orientando para a evitação e abstinência, carrega com sancionamento disciplinar, esquecendo que o consumo não constitui uma infracção disciplinar,

Álcool, doidice e punição disciplinar

Parafraseando uma lengalenga de infância, “*doidas, doidas andam*” as autarquias, já não para “*pôr o ovo*”, como fazem “*as galinhas*”, mas para castigar os trabalhadores.



mas apenas o comportamento que dele eventualmente possa decorrer.

A medicina no trabalho conhece algum caso de cura de alcoolemia ou do consumo de drogas através da cacetada sancionatória? Em que sociedade vivem os autarcas deste tipo de regulamentos? E qual é o mundo dos técnicos dessas aberrações jurídicas?

A informação e a sensibilização para estas condutas são as ferramentas eficazes, a partir do local de trabalho, no combate à dependência de toda e qualquer droga, seja ela socialmente aceite ou não. Porque o consumo desregrado de álcool ou psicotrópicos é uma doença aditiva que, como tal, deve ser tratada.

PODER LOCAL AUTOCRÁTICO

A veia repressiva e por vezes atentatória de direitos fundamentais estende-se ainda a outras matérias, tais como o controlo de pessoas e de meios de transporte, como foi o caso do regulamento apresentado pela AMARSUL, que afronta, à descarada, elementares princípios do processo penal, gerando um sistema totalitarista de penas (por terem natureza penal), buscas e revistas reprováveis.

Outro exemplo paradigmático foi um simplório código de ética e conduta de Montemor-O-Novo, que a autarquia transformou, em regulamento, mas com normas brandas de conduta e ética, man-

dando às malvas a compostura jurídica e travestindo padrões orientadores de conduta em sociedade num sistema sancionatório e repressivo, sem ter sequer habilitação legal.

E, ao que parece, não terá sido o único caso de diatribe de Estado policial autocrático, impondo aos seus funcionários a “lei da rolha” e ameaçando flagelar quem prevaricasse por falar daquilo que a autarquia proíbe. A “lei do silêncio” tão perversa era que foi usada a coberto do alegado combate ao assédio, quando a via mais eficaz para o combater no meio laboral é precisamente libertar os trabalhadores das amarras e dos receios, abrindo-lhes as portas da denúncia. ■

PONDERAÇÃO CURRICULAR NÃO PODE SER IMPOSTA

Exigir em 2025 a avaliação do biénio 2023/24, nos termos a que se tem direito

Alerta-se os trabalhadores para algumas alterações a este regime, que têm de produzir efeitos imediatos, em 2025, pelo que, perante as dúvidas que necessariamente vão surgir, importa solicitar o costumado apoio das estruturas do STAL.

de avaliação bienal, e é apenas a isso que aqui pretendemos dar já, embora sucintamente, o devido relevo.

ALTERAÇÕES MAIS FAVORÁVEIS

O objectivo é alertar para estas alterações, que, e apesar de tudo, são mais favoráveis e não podem deixar de ser devidamente aplicadas pelas entidades empregadoras. Não faltarão, todavia, comportamentos erráticos, em notório prejuízo dos trabalhadores, por exemplo continuando a querer impor avaliações por ponderação curricular quando os trabalhadores dispõem de anteriores avaliações que terão de ser relevadas, nos termos claramente regulados pelo artigo 42.º do SIADAP. Isto é, a ponderação curricular nunca pode ser imposta, como claramente decorre desse preceito, competindo apenas ao trabalhador requerê-la, ou não, nas situações que o citado artigo estabelece, bem se sabendo que é um método de avaliação sujeito a critérios tão restritivos que podem dar azo a menções completamente injustas e inaceitáveis como já tem sucedido. Finalmente, atendo-nos à valoração do biénio 2023/24, saliente-se que, para efeitos de alteração obrigatória de posicionamento remuneratório, passam a ser necessários apenas 8 pontos, e já não os 10, alteração que se aplica já a partir de 1 de Janeiro de 2025. Alerta-se os trabalhadores para algumas alterações a este regime, que têm de produzir efeitos imediatos, em 2025, pelo que, perante as dúvidas que necessariamente vão surgir, importa solicitar o costumado apoio das estruturas do STAL. ■



Aproxima-se o fim de 2024 e, com ele, a consequente avaliação, em 2025, do desempenho do biénio 2023/2024. Bem sabemos que essa avaliação nunca espelhará a justiça que se exige e deveria emanar de um regime que, ao contrário, continua a pautar-se por procedimentos burocráticos e discriminatórios, mantendo as quotas para as avaliações mais elevadas, apesar de agora mais atenuadas, pelo Decreto-Lei (DL) 12/2024, que, impondo novos procedimentos avaliativos, a observar anualmente, prevê algumas alterações que são já aplicáveis a este biénio e que seguidamente salientamos. De facto, determina o art.º 6.º, desse DL, que às avaliações

deste biénio serão aplicadas as novas menções previstas no art.º 50.º, do SIADAP, na sua actual redacção, e que são "Muito Bom" para uma avaliação entre 4 a 5; "Bom" de 3,5 a 3,999; "Regular" de 2 a 3,499; e "Inadequado" entre 1 e 1,999.

Mas as menções mais elevadas – "Muito Bom" e "Bom" – estão sujeitas a quotas em termos mais favoráveis, comparativamente com os que têm sido aplicados, embora continue a ser inaceitável esta grosseira discriminação. Assim, o art.º 75.º do SIADAP, na sua actual redacção, determina que a diferenciação do desempenho (as quotas) "é garantida através da fixação das seguintes percentagens:

a) 30 % para as avaliações de desempenho Muito Bom e, de

entre estas, 10 % do total dos trabalhadores para o reconhecimento do desempenho excelente;

b) 30 % para as avaliações de desempenho Bom."

AVALIAÇÃO SERÁ ANUAL

Essas percentagens incidem sobre o total dos trabalhadores avaliados, com excepção dos que beneficiaram do arrastamento da menção obtida em anterior avaliação, e devendo também "ser distribuídas proporcionalmente por todas as carreiras, categorias e eventuais universos de trabalhadores com efectivas funções de coordenação e chefia de equipa multidisciplinar, como igualmente determina o mesmo artigo 75.º"

Daí decorre que, para 40% dos trabalhadores, restarão as menções de "Regular"

ou de "Inadequado".

Importa referir que, para efeitos de avaliação do biénio 2023/24, e atribuição da respectiva pontuação, para alteração de posicionamento remuneratório, o "Excelente" valerá 6 pontos; o "Muito Bom" 4; o "Bom" 3; o "Regular" 2; e o "Inadequado" 0 pontos (art.º 6.º do DL 12/2024). Isto é, essa pontuação decorre de uma conversão extraordinária, exclusivamente para esse biénio, porquanto, futuramente, a avaliação passará a ser anual, reduzindo-se aquela pontuação proporcionalmente, passando o "Excelente" a valer 3 pontos; o "Muito Bom" 2; o "Bom" 1,5; o "Regular" 1; e o "Inadequado" 0 pontos (art.º 156.º da LTFP, na sua actual redacção). Mas o que nestas breves notas nos interessa, é o que se altera na avaliação do último processo

PELA VALORIZAÇÃO SALARIAL E DIGNIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Verão de luta no sector das empresas

Os últimos meses não foram de férias neste sector, cujos trabalhadores se mobilizaram em defesa dos seus direitos e exigências. E a luta irá intensificar-se nos próximos meses.

Na ERSUC, empresa do Grupo EGF/Mota-Engil, apesar das tentativas de dificultar o exercício de um direito constitucional e de boicote de mais esta acção, a luta realizada em 16 e 17 de Agosto (e ao trabalho extraordinário no dia 15) levou ao encerramento de muitos serviços essenciais em Coimbra e em Aveiro.

A forte adesão à greve demonstrou o descontentamento face à intransigência da administração, que insiste em ignorar as reivindicações dos trabalhadores de melhores salários, dignificação das profissões e respeito pela contratação colectiva, e a urgência em travar a precariedade laboral e a degradação das condições de trabalho.

A ERSUC obteve, em 2023, um resultado líquido de mais de 148 mil euros, fruto do árduo trabalho dos trabalhadores. Mas, em vez de reinvestir esse lucro na empresa e nos seus trabalhadores, a administração preferiu distribuir cerca de 1,9 milhões de euros em dividendos aos accionistas, descapitalizando assim a empresa.

RESINORTE: BASTA DE "MÃO CHEIA DE NADA"!

O mesmo sucedeu noutra empresa do Grupo a Resinorte, que obteve um resultado líquido positivo de 605.930,74 € (o lucro antes dos juros e impostos aumentou 140% face a 2022), fruto do árduo trabalho dos trabalhadores. Mas, em vez de reinvestir naqueles e na empresa, a gestão optou por a descapitalizar, distribuindo 740 mil euros pelos accionistas.

Perante este quadro e a intransigência da administração, os trabalhadores avançaram para uma greve no dia 7 de Junho, contra as "migalhas" propostas para a actualização salarial,



A paralisação levou ao encerramento de muitos serviços essenciais da ERSUC



Piquete na Resinorte...



... e concentração junto à CM Barreiro



Luta na TratoLix pelo AE e contra a "lei da rolha"

dade, tendo sido entregue, ao presidente da autarquia, o abaixo-assinado com as suas reivindicações: maior valorização salarial e progressão de carreiras; horários laborais que permitam a conciliação com a vida pessoal e familiar; inclusão das pausas e tempos de rendição nos horários de trabalho; aumento da protecção profissional e social; manutenção efectiva das viaturas e a melhoria da qualidade do serviço; defesa do serviço público dos SMTCB, rejeitando a sua privatização.

E instaram, ainda, a administração a fazer um maior esforço institucional, junto do Parlamento e do Governo, para que seja revista a carreira/categoria específica de agente único; bem como a revogação do SIADAP; o alargamento (a mais categoriais) do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, com a inclusão do factor Risco; e a alteração do regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais.

TRATOLIXO: ATAQUE À LIBERDADE SINDICAL

Na TratoLix, a greve (em 20 de Maio) saldou-se por uma adesão superior a 80%, encerrando diversos serviços, o que condicionou fortemente a gestão de resíduos sólidos nos concelhos de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, numa luta por aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

Há vários anos que a administração "empata" a celebração de um Acordo de Empresa com o STAL, e promove a discriminação dos trabalhadores, ao não atribuir o subsídio de risco a todos. E na sequência desta paralisação, tentou impor a "lei da rolha" ao instaurar um processo disciplinar com intenção de despedimento a um trabalhador e delegado sindical, por ter prestado declarações (ao "Primeiro Jornal", da SIC) numa concentração no Ecoparque de Trajouce, no dia de greve.

A denúncia pública, pelo STAL, desta "ameaça" de despedimento levou a empresa a reconsiderar esta grave sanção, mas, ainda assim, suspendeu injustamente o trabalhador por 30 dias, medida que o Sindicato já contestou judicialmente. ■

com a administração a "sacudir a água do capote", apresentando as desculpas de sempre: contas "reguladas", valores aprovados pela ERSAR, necessidade de esperar pelo próximo período regulatório (três anos) ...

SMTCB: GREVE COM ADEÇÃO TOTAL

No Barreiro, os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Transportes Colectivos do Barreiro realizaram, em 3 de Julho, uma greve, com piquetes e uma concentração junto à Câmara, após um desfile pela ci-

EM LUTA: STAL



LUTA NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E SECTOR EMPRESARIAL REÚNE MILHARES EM LISBOA

Trabalhadores exigem a urgente dignificação profissional e salarial

Face à ausência de resposta positiva, do Governo, às suas reivindicações, cerca de três mil trabalhadores das autarquias e das empresas municipais e concessionárias manifestaram-se publicamente em Lisboa pela valorização das suas carreiras e profissões, melhores salários e condições laborais, e o reforço dos Serviços Públicos.

Em 20 de Setembro, os trabalhadores Administração Local e do sector empresarial, de todo o País, voltaram a protestar junto à Assembleia da República, reafirmando as exigências que constam do abaixo-assinado reivindicativo entregue ao Primeiro Ministro em 25 de Ju-

nho, e que reuniu cerca de 25 mil assinaturas. Entre os jardins da Estrela e das Francesinhas, ao lado do Parlamento, numa acção promovida pelo STAL, cerca de três mil trabalhadores exigiram a aplicação mais abrangente – incluindo mais profissões e carreiras, e que seja pago a todos os que

a ele têm direito –, a actualização anual dos valores do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI), bem como a inclusão do factor Risco, elemento presente em muitas profissões deste importante sector da Administração Pública. Na sua intervenção, a presidente do STAL (Cristina Torres) –

que manifestou a solidariedade para com as vítimas e os afectados pela tragédia dos incêndios, bem como com os bombeiros que o combatem – reconhece ser “longo o caminho da luta pelo SIPR”, mas garante que se trata de uma “bandeira” do Sindicato que, com a determinação e unidade dos traba-

lhadores, “não baixará os braços” até à sua concretização, à semelhança da “enorme vitória” que constituiu a consagração do SPI, apesar das dificuldades de aplicação de que ainda padece em muitas autarquias.

A dirigente reafirmou o compromisso do STAL em continuar a luta para que o “suplemento abranja mais funções e mais profissões, e que seja alargado aos assistentes técnicos, técnicos superiores e aos trabalhadores das carreiras especiais, das empresas municipais e concessionárias de Serviços Públicos, mas sem pôr em causa o tratamento mais favorável que possa estar em prática por via da contratação colectiva”.

Para o STAL, o SIPR tem de incluir, ainda, o aumento dos dias de férias, a redução do horário de trabalho e do tempo de serviço para efeito de reforma; bem como exige o reconhecimento das profissões de desgaste rápido; que o trabalho nocturno e por turnos seja limitado apenas às actividades que sejam técnica e socialmente justificadas, e que seja reconhecido a estes trabalhadores o direito à anteci-



Milhares de trabalhadores, vindos de todas as regiões do País, fizeram ouvir o seu protesto em Lisboa, junto ao Parlamento

EM LUTA: STAL



pação da idade de reforma, devido ao desgaste e penosidade que estes horários por si só implicam; bem como que seja regulamentado o Subsídio de Disponibilidade e de Piquete.

LUTAS EM LISBOA: 25 DE OUTUBRO E 9 DE NOVEMBRO

Neste regresso em pleno à actividade, após o tradicional período de descanso, e de “olhos postos” nas prioridades da luta em 2025 (ano em que o STAL comemora o seu 50.º aniversário), a presidente do STAL reafirma que “o aumento dos salários é fundamental para garantir uma



Enquanto uns acumulam lucros de 32,5 M€/dia, a maioria dos trabalhadores não ganha mais do que 1000€/mês

vida digna aos trabalhadores”, apesar de reconhecer que “os suplementos são importantes

para ajudar a garantir melhores condições de trabalho” e do impacto (muito limitado) da redu-

ção do IRS, uma medida meramente demagógica. “O que se exige é o aumento ime-

diato dos salários em, pelo menos, 15%, garantindo um mínimo de 150 euros a todos os trabalhadores, de todas as carreiras, e assegurar um salário mínimo de 1000 euros”, defendeu Cristina Torres, lembrando que vivemos “num país onde os ricos estão cada vez mais ricos e de ‘pança cheia’, enquanto os trabalhadores contam os trocos todos os meses; onde uns acumulam lucros de 32,5 milhões de euros por dia, enquanto a maioria dos trabalhadores não ganham mais do que 1000€ por mês”.

A terminar, a presidente do STAL apelou à mobilização para a intensificação da luta, que prossegue já no próximo dia 25, com a manifestação nacional convocada pela Frente Comum, e em 9 de Novembro, data em que, em Lisboa e Porto, se realizam manifestações nacionais promovidas pela CGTP-IN, a culminar o mês de «Reivindicação, Mobilização e Luta», que arrancou no passado dia 7. ■

STAL DEFENDE SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE PARA TODOS

Assinalando os 45 anos do Serviço Nacional de Saúde, cerca de duas centenas de delegados, dirigentes e activistas sindicais – entre os quais do STAL – concentraram-se (em 13 de Setembro) em frente ao Ministério da Saúde, em Lisboa, para exigir a alteração das políticas que promovem a destruição do SNS, prosseguidas pelos governos do PS e PSD/CDS. Neste protesto promovido pela Frente Comum, o seu coordenador (Sebastião Santana) reafirmou “a necessidade urgente de investir no SNS”, frisando que “a saúde é um direito e não um negócio” e que a política do Governo “não garante o reforço dos meios humanos, materiais e financeiros do SNS”, desviando, antes, recursos para o privado.

Já Cristina Torres, presidente do STAL,



defendeu igualmente o reforço do investimento no SNS para o tornar “mais forte” e de forma a manter-se como o garante do acesso público à saúde a

toda a população, e apelou ainda “à luta de todos e de cada um” em defesa deste direito consagrado pela Revolução de 25 de Abril de 1974.

É URGENTE A VALORIZAÇÃO EFECTIVA DESTES PROFISSIONAIS

Sentido de missão, coragem e sacrifício dos bombeiros têm de ser reconhecidos

Nesta altura em que fazemos o rescaldo de outra “época de incêndios”, somos brindados com os costumeiros louvores ao duro e dedicado trabalho dos bombeiros, à importância das associações humanitárias e promessas de resolução dos mesmos problemas que existem há décadas.



Há muito que o STAL luta pela valorização profissional destes trabalhadores.

Num país em que a Protecção Civil assenta essencialmente nos bombeiros, sejam estes de corpos detidos pela Administração Local (em menor número), entidades privadas (hoje, muito residual) ou por associações humanitárias (a larguíssima maioria), meras declarações de apoio e intenções de resolução dos muitos problemas deste sector não só não os resolvem como ainda os agravam.

Quanto aos bombeiros profissionais da Administração Local, finalmente caminhamos para uma carreira única com estatuto remuneratório único, acabando com a discriminação, que durou décadas, entre bombeiros sapadores e bombeiros municipais. E dizemos “caminhamos” porque, embora a legislação apon-te para este modelo de carreira única de sapador bombeiro, estão por resolver as situações de muitos sapadores florestais que,

apesar de serem directamente abrangidos por esta legislação, ainda “vivem” num limbo, fruto das incompreensões das autarquias e outras entidades locais. Mas, além da situação remuneratória (que continua muito abaixo do que seria exigível para

profissionais altamente especializados e com funções extremamente exigentes), mantém-se a interpretação inconstitucional da disponibilidade permanente dos bombeiros e do que ela significa, quer em relação aos tempos de trabalho, quer quan-

O STAL EXIGE NO IMEDIATO

- » Aumento geral de todos os salários;
- » Regulamentação da carreira de bombeiro profissional das AHB, num processo negociado com os sindicatos e que promova a real profissionalização do sector;
- » Revisão do conceito de disponibilidade permanente para os bombeiros profissionais da Adm. Local, consagrando o direito efectivo ao período normal de trabalho, aos períodos mínimos de descanso entre duas jornadas de trabalho e ao pagamento por todo o trabalho suplementar prestado;
- » Consagração do regime da profissão de bombeiro como de desgaste rápido, com redução dos períodos normais de trabalho, aumento dos períodos de descanso e de férias e bonificação do tempo para a reforma;
- » Consagração para todos do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco.



O STAL louva o esforço de bombeiros e trabalhadores da Protecção Civil e das autarquias, que combatem as chamas, arriscando a vida em socorro das populações

to à remuneração propriamente dita.

Note-se que alguns tribunais preconizaram o entendimento que, levado à conclusão máxima, determina que não só não existem limites à duração do trabalho diário e semanal para os bombeiros, mas que todas as horas por eles prestadas não são passíveis de ser remuneradas. Ora, uma coisa é que os bombeiros, pela natureza da profissão, possam ser chamados a todo o tempo para responder às necessidades das populações, coisa muito diferente é determinar que, por força destas, possam trabalhar por tantas horas quanto aquelas que alguém entender como necessárias e, pasme-se, sem remuneração.

Urge rever a legislação e clarificar a disponibilidade permanente, e revogar a disposição legal que determina que o pagamento por esta está incluído na remuneração base destes trabalhadores (tal como a remuneração pelo risco, outro absurdo legal), o que levaria ao ridículo dos bombeiros da Administração Local terem um salário base (descontando estas componentes) abaixo do Salário Mínimo Nacional!

AHB: VOLUNTÁRIOS “À FORÇA”!

Continua a verificar-se uma confusão generalizada entre o voluntariado e o profissionalismo, sendo recorrente a designação de bombeiros voluntários dos trabalhadores das associações humanitárias (AHB) que desempenham funções nas áreas do socorro, emergência e saúde pré-hospitalar e que, em geral, são simultaneamente bombeiros voluntários, muitas vezes “à força”, sendo ainda geral a ideia que para se ser contratado para uma AHB tem que se ser, em primeiro lugar, voluntário, o que decorre do enquadramento histórico destas organizações, mas também da inacção do legislador que, em 2007, se propôs a regulamentar a carreira de bombeiro profissional de AHB, o que até hoje não sucedeu.

Por outro lado, para todos os bombeiros é urgente o reconhecimento efectivo de profissão de desgaste rápido, por as suas funções exigirem uma disponibilidade física e psicológica muito superiores à generalidade das carreiras; bem como urge a revisão do financiamento das AHBV, que vivem com a “corda na garganta”.

Sem esta revisão e urgente aumento dos financiamentos do Estado, continuaremos a assistir aos baixos salários, horários alargados, condições de trabalho desadequadas e efectivos insuficientes para uma resposta diária, garantida pelo espírito de missão, sacrifício e dedicação de milhares de homens e mulheres que a asseguram.

Sendo essenciais políticas que respondam realmente aos problemas dos bombeiros, da Protecção Civil e das populações, o STAL exorta a todos os trabalhadores para que se mobilizem e lutem pela construção de uma sociedade de progresso, justa e solidária, por um Portugal com futuro. ■



“Jornada Nacional de Luta” convocada pela Frente Comum em Lisboa, em 17 de Maio

INFLAÇÃO AFECTA MAIS OS RENDIMENTOS FIXOS E MAIS BAIXOS

Trabalhadores e famílias em situação cada vez mais difícil

Em Junho, o preço médio dos bens alimentares estava 27,2% acima do registado em 2021, e 19,4% nas despesas com habitação. Duas componentes que pesam cerca de 60% no orçamento de uma família média portuguesa.

JOSÉ ALBERTO LOURENÇO
ECONOMISTA

A forte subida da inflação a partir do 2.º semestre de 2021 fez com que, no nosso país, tenha passado de valores pouco acima de 0% para níveis superiores a 10% em poucos meses e anos. Lembremo-nos que, entre 2020 e 2023, a inflação anual atingiu, sucessivamente, os -0,1%, 1,3%, 7,8% e 4,3%, o que representa um acumulado de 13,8%, aumento idêntico ao que ocorreu nos 12 anos anteriores (2008 a 2019).

A inflação afecta, sobretudo, os trabalhadores e todos os que têm rendimentos fixos, que em períodos de elevada subida de preços nunca conseguem ter aumentos salariais superiores a essa mesma inflação e, por conseguinte, sofrem uma quebra do seu poder de compra.

Por esta pequena introdução

percebemos a importância que o cálculo da inflação tem para a vida de milhões de trabalhadores, reformados e pensionistas, já que, anualmente, o seu valor serve de referencial para os aumentos salariais, as actualizações das pensões de reforma, os apoios sociais às famílias e aos trabalhadores desempregados e até mesmo para as actualizações dos escalões de IRS.

Assim sendo, vale a pena debruçarmo-nos sobre a forma como

se obtêm estes valores mensais e anuais da inflação.

IMPACTOS ASSIMÉTRICOS DA INFLAÇÃO

O cálculo da inflação é feito através do acompanhamento da evolução mensal dos preços de um conjunto de bens e serviços representativos do cabaz de compras das famílias portuguesas, e que constituem o chamado Índice de Preços no Consumidor (IPC).

Esta estrutura do cabaz de compras das famílias portuguesas é, por sua vez, calculada com base no “Inquérito às Despesas das Famílias” realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a cada cinco anos. Dito isto, é importante percebermos que os valores agregados a que o INE chega mensalmente para a inflação são sempre valores médios e como tal, frequentemente, estão longe da realidade sentida por muitas fa-

mílias portuguesas de mais baixos rendimentos.

Um estudo desenvolvido, em Abril de 2022, por um conjunto de economistas e investigadores da Universidade Nova (Maria Esteves e Susana Peralta) e da Universidade Carlos II, de Madrid (Bruno P. de Carvalho), mostrou-nos os impactos assimétricos da inflação sobre as despesas essenciais e rendimentos das famílias.

Tendo por base os resultados desagregados do “Inquérito às Despesas das Famílias” de 2015/2016, o que estes investigadores nos mostraram foi que as famílias de mais baixos rendimentos (grande parte delas constituídas por trabalhadores por conta de outrem, reformados e pensionistas) apresentam uma estrutura das suas despesas familiares bem diferente da estrutura média utilizada no cálculo do IPC e, conseqüentemente, da inflação.

CABAZ DE COMPRAS MENSAL “PESADO”

Por esta razão, dado que a subida dos preços de muitos bens e serviços consumidos pelas famílias portuguesas desde meados de 2021 se fez sentir, sobretudo, nos bens alimentares, na habitação, nos bens energéticos e nos transportes, e estes bens pesam bem mais no cabaz de compras das famílias de mais baixos rendimentos, o seu impacto foi muito maior neste grupo de famílias do que nas com rendimentos bem superiores. Desta forma, razão têm aqueles que têm chamado à atenção para a situação cada vez mais difícil suportada por muitas famílias portuguesas que, nos últimos três anos, têm suportado uma subida de preços no seu cabaz de compras mensal bem superior àquela que aparece reflectida nos valores da inflação anualmente reportada pelo INE. Esta é mais uma razão objectiva para que as estruturas representativas dos trabalhadores, nas suas propostas reivindicativas para 2025, não incorporem apenas a previsão da evolução da inflação, mas levem em conta que ela reflecte cada vez menos a subida de preços suportada pelos trabalhadores no seu cabaz de compras mensal. ■

ALIMENTOS E HABITAÇÃO “PESAM” 60% NO ORÇAMENTO FAMILIAR

O chamado “cabaz de compras mensal” das famílias de mais baixos rendimentos teve uma subida de preços bem superior à suportada por uma família média. E enquanto o nível médio dos preços do cabaz de compras de uma família, em Junho, se situava cerca de 15,8% acima do seu nível médio de 2021, já o nível médio dos preços dos bens alimentares situava-se, no

mesmo período, 27,2% acima do registado em 2021, e os preços das despesas com habitação estavam 19,4% acima. Ora, as despesas com alimentação e com habitação pesam (de acordo com o último inquérito às despesas das famílias) perto de 60% do seu orçamento familiar, enquanto, em média, esse peso é de cerca de 50% do orçamento das famílias.

DESTAQUE: OE2025

Do universo de trabalhadores da Administração Pública, que ronda actualmente os 750 mil (dos quais cerca de 136 mil são trabalhadores da Administração Local), o subuniverso dos que estão fora das cedências parciais e selectivas realizadas pelo governo PSD/CDS abrange cerca de 3/4 (550 mil) do total dos trabalhadores da Administração Pública e a totalidade dos da Administração Local.

JOSÉ ALBERTO LOURENÇO
(ECONOMISTA)

O governo PSD/CDS entregou a proposta de Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) na Assembleia da República. Entretanto, o seu comportamento em relação à “Proposta Reivindicativa Comum” (PRC) para 2024, que lhe foi apresentada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, que o STAL integra, pouco tempo depois de tomar posse, em Abril, não auguram nada de bom para 2025.

Confrontado com a proposta da Frente Comum da necessidade premente de se proceder, de imediato, a uma valorização salarial de todos os trabalhadores da Administração Pública, aumentando, desde já, todos os funcionários públicos em 15%, num mínimo de 150 euros, o actual governo PSD/CDS escudou-se no acordo plurianual assinado pelo anterior executivo PS com os sindicatos da UGT (FESAP e STE), tendo recusado tal proposta.

No âmbito desse acordo, os trabalhadores da Administração Pública apenas têm assegurado, em 2025, uma actualização salarial em torno dos 2%, o que é manifestamente insuficiente face aos referenciais actuais da

inflação prevista pelo Banco de Portugal, no seu boletim económico de Junho, para o presente e para o próximo ano (2,5% e 2,1%) e face à quebra acumulada de poder de compra dos trabalhadores da Administração Local desde 2010 (cerca de 10% em média).

CEDENCIAS SELECTIVAS E PARCIAIS...

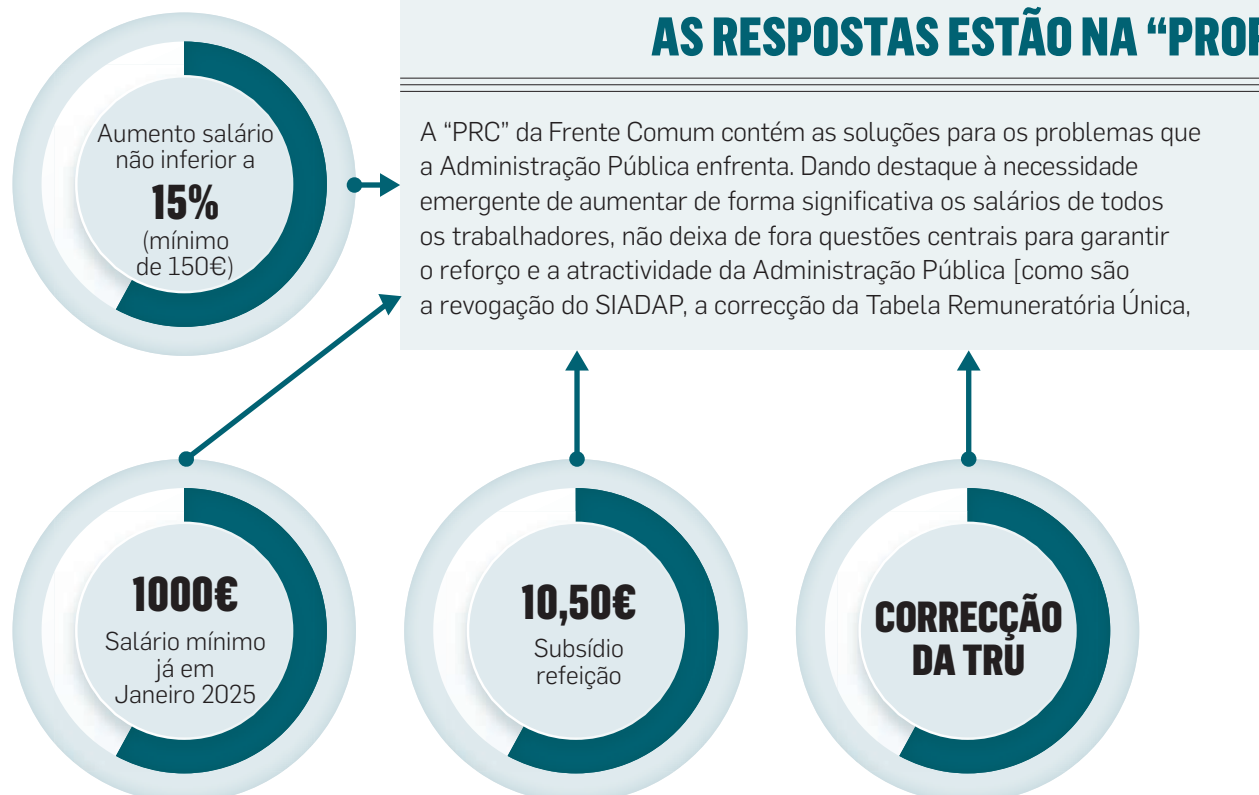
Há mais de uma década em que os trabalhadores da Administração Pública – e em particular os da Administração Local – são fortemente penalizados com o congelamento salarial, o agravamento da carga fiscal e o aumento das comparticipações para a ADSE e a Caixa Geral de Aposentação, o que conduziu, nos nossos dias, a uma situação a todos os títulos insustentável. Confrontados com uma crescente contestação social dos trabalhadores da Administração Pública, organizados em torno das suas estruturas sindicais mais representativas e que integram a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, os últimos governos do PS e o actual do PSD/CDS iniciaram uma política de cedências selectivas e parciais às justas reivindicações das classes profissionais que, pela sua actividade, têm maior impacto junto da opinião pública, ao mesmo tempo que prolongam as negociações com a classe médica e os restantes profissionais de saúde e, o mais grave de tudo, procuram ignorar ostensivamente as reivindicações de centenas de milhares de trabalhadores da Administração Pública e, em particular, da Administração Local, também eles exercendo funções públicas importantes para a nossa vida colectiva.

Numa linguagem muito simples, não sendo possível aos últimos governos do PS e ao actual governo de coligação de direita prolongar por muito mais tempo o congelamento salarial na Administração Pública – e em particular na Administração Local –, nada melhor do que iniciar uma política de dividir para reinar, cedendo parcialmente apenas a algumas destas carreiras profissionais e ignorando por completo as justas aspirações de todos os funcionários públicos à reposição do seu poder de com-

“NUVENS NEGRAS” NO HORIZONTE DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É preciso não baixar a cabeça e continuar a luta



Concentração de trabalhadores da Administração Pública junto ao Ministério das Finanças, em Lisboa (17 de Abril de 2024)



BALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

baixar os braços por uma vida digna



(Maio)

POSTA REIVINDICATIVA COMUM”

a valorização das carreiras profissionais] e o fim da precariedade. O STAL reitera a posição de que há um caminho alternativo, não só possível como necessário, que permite a melhoria dos Serviços Públicos, o reforço das Funções Sociais do Estado e a garantia de melhores condições de vida para os trabalhadores, aposentados e pensionistas. Consultar “PRC2025” em stal.pt/prc2025.

25 DIAS

 Reposição
de férias

**REVOGAÇÃO
DO SIADAP**
**REPOSIÇÃO
DAS
CARREIRAS**

pra perdido nas últimas décadas. Se optássemos, antes, por uma linguagem militar, dir-se-ia que este governo PSD/CDS, tal como os anteriores do PS, procura fazer um “controlo de danos”, isto é, a cedência parcial a alguns tem de ser compensada com a intransigência com todos os outros. A quanto obrigas, querida Comissão Europeia, com o

critério do controlo do défice orçamental.

É de tal forma assim que, de um universo de trabalhadores da Administração Pública que ronda actualmente os 750 mil, dos quais cerca de 136 mil são trabalhadores da Administração Local, o subuniverso dos que estão fora destas cedências parciais e selectivas (e que, como tal, irão continuar a ver degradado o seu poder de compra) abrange cerca de 550 mil trabalhadores, ou seja, 3/4 do total dos trabalhadores da Administração Pública e, não menos relevante, a totalidade dos trabalhadores da Administração Local.

... SÃO IMAGEM DE MARCA DESTE GOVERNO DE DIREITA...

Perante todas estas manobras do actual governo PSD/CDS, em que as justas reivindicações dos trabalhadores da Administração Local continuam teimosamente a ser ignoradas, resta aos trabalhadores (organizados em torno da sua estrutura sindical de classe, o STAL) não baixar os braços e continuar a lutar pela valorização salarial a que têm direito, pela reposição das carreiras, índices remuneratórios e dos seus conteúdos profissionais específicos, tendo como base as existentes antes da revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008, contribuindo para uma urgente dignificação do trabalho e valorização dos trabalhadores da Administração Local, pela valorização das carreiras profissionais específicas, garantindo o respeito pelos conteúdos profissionais e diferentes complexidades funcionais, pela revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e progressão profissionais. Tudo aquilo a que temos vindo a assistir por parte do actual governo, quer nas cedências já anunciadas em termos de IRC – que vão beneficiar quase exclusivamente os grandes grupos económicos, que já acumulam milhares de milhões de euros de lucros anualmente –, quer em termos de IRS – em que as “migalhas” que a esmagadora maioria dos trabalhadores que pagam o imposto sobre os rendi-

mentos não compensarão os benefícios que alguns trabalhadores dos escalões mais elevados vão arrecadar –, são uma imagem de marca deste governo de direita.

... EM VEZ DA VALORIZAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES

Sublinhe-se que o governo liderado por Luís Montenegro pretende utilizar a política fiscal como suporte de uma aparente melhor distribuição de rendimentos, em vez de prosseguir políticas de rendimentos que contribuam para a efectiva valorização salarial dos trabalhadores, nomeadamente impondo a subida imediata do salário mínimo para 1000 euros, impondo uma tabela de IRS mais favorável aos salários mais baixos, forçando os acordos de contratação colectiva, repondo os 25 dias de férias e respectivas majorações, para todos os trabalhadores, acabando com os contratos precários, garantindo a estabilidade no trabalho, combatendo a desregulação dos horários de trabalho e reduzindo o tempo de trabalho efectivo. Neste caso, pode dizer-se que as medidas fiscais e laborais que este governo se prepara para implementar no Orçamento do Estado para o próximo ano irão certamente contribuir para o aprofundamento do desequilíbrio da distribuição do rendimento entre alguns poucos, que recebem muito, e muitos trabalhadores que continuarão a viver com baixíssimos salários. Políticas estas que irão contribuir para que a distribuição do rendimento entre trabalho e capital continue a beneficiar, cada vez mais, o capital em detrimento do trabalho.

Perante todas estas perspectivas, alguém tem dúvidas de que se adensam, com este Governo e o orçamento que seguramente não deixará de apresentar para 2025, as nuvens negras no horizonte?

Os trabalhadores da Administração Pública – e especialmente os da Administração Local – estão plenamente conscientes (e determinados) de que é preciso continuar a luta para defender e conquistar mais direitos (como o de ter uma vida digna), melhores salários e condições de trabalho. ■

DOSSIER CARREIRAS (IV)



INJUSTIÇAS CRIADAS PELA IMPOSIÇÃO DE ABSURDOS PRINCÍPIOS DA LEI 12-A/2008

A desvalorização posicional na carreira é inadmissível, injusta e desprestigiante

O que o STAL tem reivindicado é que se reponha a anterior estrutura das carreiras, se respeitem as profissões, e se valorizem as remunerações, em conformidade com a enorme perda do poder de compra dos trabalhadores.

Nas anteriores edições do «Jornal do STAL» referimo-nos, frequentemente, às injustiças impostas pela Lei 12-A/2008, instituindo princípios que, na prática, têm sido os principais motivadores da derrocada de direitos fundamentais dos trabalhadores.

Neste número, vamos focar, especialmente, os efeitos provo-

cados nas carreiras, em processos juridicamente identificados como de “revisão” ou de simples “valorização”, pela adopção de uma regra que os sucessivos governos persistem em aplicar, daí decorrendo soluções não só despidas de qualquer sentido de justiça, mas também de um mínimo de respeito pela realização profissional dos trabalhadores. Referimo-nos, sobretudo, aos

nefastos efeitos decorrentes do art.º 104.º, da Lei 12-A/2008, que, na transição de regimes, a partir de 2009, impediu qualquer valorização salarial e impôs outros malefícios, que, pelo menos, deveriam ser evitados em processos futuros de revisão, mas que se mantiveram. Como sabemos, há carreiras que ainda não foram revistas, à luz dos princípios impostos por

aquela lei, que sempre repudiávamos, como outras existem que, sendo revistas, nada têm a ver com a sua manutenção como verdadeiras carreiras, porque são reduzidas a uma única categoria, como nada têm a ver com a sua justa valorização. Ora, nessas revisões, o que temos reivindicado, no fundamental e sempre com veemência, é que se mantenha a estrutura das

carreiras, se respeitem as profissões, e se valorizem as remunerações, em conformidade com a enorme perda do poder de compra dos trabalhadores. Porém, o último governo (PS), à semelhança de outros anteriores, persistiu em impor princípios que o STAL sempre recusou, porque têm conduzido ao congelamento da evolução profissional, o que mais se tem agravado pela aplicação das regras que sustentam um regime de avaliação discriminatório, e até aviltante da dignidade dos trabalhadores.

DOSSIER CARREIRAS (IV)

**VIRTUALIDADE EM VEZ DA REALIDADE**

No processo de transição de carreiras, operado em 2009, os trabalhadores das carreiras gerais, previstas na Lei 12-A/2008 e no Decreto-Lei (DL) 121/2008, mantiveram a remuneração que já detinham, como impôs o art.º 104.º, pelo que, quando essa remuneração não coincidiu com as posições remuneratórias fixadas para as respetivas carreiras foram integrados em posições intermédias, assim se fazendo prevalecer um cenário virtual, em vez dessa colocação em posições que foram expressa e legalmente criadas e que, portanto, eram bem reais.

Em vez disso, optou-se pela virtualidade, tudo sob o objectivo de uma poupança, miserabilista, da despesa pública.

Muitos são os trabalhadores que, dessa forma, foram repositionados, aspirando, naturalmente, a saírem rapidamente de tão injusta situação, atribuindo-se-lhe uma remuneração mais justa e coincidente com uma posição real, existente na estrutura da respectiva carreira.

Justiça que não alcançaram, malgrado o combate que tem sido

desencadeado a esta política, que o STAL tem denunciado e à qual continuará a opor-se.

A aludida colocação virtual, mesmo quando substituída por uma real, tem gerado situações de inversão das posições relativas dos trabalhadores, na medida em que a uns tem sido garantido o tal mínimo de 28€ e a outros (ainda bem) impulsos bem superiores, por força do distanciamento entre o que é virtual e o que é real.

E muitas são as queixas que, desde 2009, têm sido constatadas, não percebendo os trabalhadores que, estando antes em situações salariais muito aproximadas, sejam abrupta e indiscriminadamente distanciados, por regras obtusas.

Essa foi a constatação de 2009, que produziu, desde logo, nefastos efeitos, que outras medidas (tendencialmente recuperadoras de direitos) atenuaram, mas não resolveram, ou até têm agravado, para determinadas carreiras.

Por exemplo, em 2019, assistiu-se ao roubo despuadorado dos pontos já detidos por um vultoso número de trabalhadores, pela simples razão de passarem a auferir a chamada remuneração mínima mensal da Administração Pública, então fixada em 635,07€, nos termos do DL 29/2019!

E assim se amalgamaram, no mais baixo nível da Tabela Remuneratória Única (TRU), trabalhadores, nomeadamente assistentes operacionais, que deveriam situar-se em níveis superiores, que, por sua vez, deveriam distanciar-se entre si, proporcionalmente, em cerca de 50€. E desse modo se atingiram, tam-



Urge recuperar carreiras e profissões

bém, as restantes carreiras, porque a violação do princípio da proporcionalidade repercutiu-se por todas elas.

REGRA ABSURDA COM EFEITOS DEPLORÁVEIS

Perante tão maus exemplos do passado, suposto seria que o caminho de recuperação de direitos, tão proclamado pelo Governo, nos levaria a soluções mais justas nos processos de revisão de carreiras que, entretanto, têm sido promovidos pelo Exe-

cutivo, precisamente no sentido de impor os insólitos princípios de transição, fixados no famigerado art.º 104.º, da Lei 12-A/2008.

Não nos faltam, infelizmente, exemplos recentes dessa absurda e tão grosseira forma de colocação dos trabalhadores nas tais posições virtuais, precisamente porque a transição para a nova estrutura das carreiras se efectua sem qualquer valorização, mantendo-se, portanto, para muitos trabalhadores, salários

não coincidentes com as novas posições remuneratórias.

Foi o que se passou, por exemplo, no processo de revisão das carreiras de Fiscalização, operada pelo DL 114/2019, em que muitos trabalhadores foram colocados em posições intermédias, tendo direito, em futuras progressões, ao referido mínimo de 28€ ou a uma verba superior, se for o caso, tudo ao abrigo da absurda regra que vimos referindo, a que a uns se dá pouco e a outros quase nada! Idêntica situação passou-se com a revisão das carreiras de Informática, operada pelo DL 88/2023, com efeitos deploráveis, salientando ainda, neste caso, a eliminação dos direitos de mudança de nível e de promoção previstos no anterior regime, que foi revogado.

CARREIRAS E PROFISSÕES DESTRUÍDAS

Focámos estes dois exemplos, aberrações geradas em processos juridicamente qualificados como “revisão”, mas as malfeitorias deste jaez prosseguem noutros casos, de simples valorização das carreiras.

Neste âmbito, recordamos, também como elucidativo exemplo, o que se passou com a valorização dos técnicos superiores, regulada pelo DL 13/2024, em que, imperando a regra atrás referida, de prevalência da virtualidade, em desfavor da realidade, um vultoso número de trabalhadores foi colocado em posições intermédias, afectando gravosamente futuras progressões, de forma idêntica à que referimos.

A persistência de um quadro desta natureza leva o STAL a que jamais possa dar o seu acordo a pretensos processos de valorização dos trabalhadores, quando as suas carreiras e profissões são destruídas e se vêem confrontados com posições virtuais, geradoras das maiores injustiças.

Importa, por isso, continuarmos a insistir, com o maior vigor, na luta pela recuperação das carreiras e profissões, e pela revogação do absurdo e discriminatório regime de avaliação do desempenho, exigindo medidas que, efectivamente, contribuam para a dignificação das condições de trabalho de todos os trabalhadores. ■

MUITOS TRABALHADORES AFECTADOS

Têm-nos chegado casos de trabalhadores que, mantendo o nível salarial que já detinham, baixaram de posição na carreira. Há técnicos superiores que, por exemplo, estavam na 3.ª posição, nível 20 da TRU, que mantiveram, mas foram repositionados na nova estrutura da carreira entre a 1.ª e a 2.ª posição, uma desvalorização posicional que afectou muitos outros trabalhadores, dos mais diversos níveis e posições remuneratórias. De resto, essa desvalorização posicional constata-se, com maior ou menor incidência, noutras carreiras, em processos ligados à respectiva

valorização salarial, nomeadamente por aplicação do DL 84-F/2022, deles decorrendo desvalorizações posicionais, ainda que compensadas com acréscimos salariais, sempre inferiores, como sabemos, ao que justamente temos reivindicado e se exige, por força da brutal perda do poder de compra dos trabalhadores.

Portanto, a questão não se coloca só em termos salariais, mas também na desvalorização posicional na carreira, que os trabalhadores não podem admitir, por ser injusta e desprestigiante para a sua realização profissional.



CASO ENCAMINHADO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO APÓS DENÚNCIA DO STAL

ACT obriga Resíduos do Nordeste a regularizar e reconstituir carreiras

A Autoridade para as Condições do Trabalho reconheceu a ilegalidade que grassa nesta empresa intermunicipal, que há vários anos sujeita cerca de meia centena trabalhadores à precariedade e à insegurança.

Na sequência da denúncia apresentada pelo STAL, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) realizou, em Dezembro passado, uma acção inspectiva ao pavilhão de separação de lixos do Parque Ambiental do Nordeste Transmontano, tendo notificado a Resíduos do Nordeste (RdN) para apresentar um conjunto de documentos, nomeadamente registos dos trabalhadores e contratos de trabalho vigentes, incluindo contratos de utilização de trabalho temporário. Em 4 de Junho, a ACT informou o STAL que verificou a existência de infracções, o que, face à lei, obriga à conversão dos contratos temporários em vínculos sem termo, pelo que advertiu a RdN para proceder à regularização e reconstituição da carreira dos trabalhadores desde a data

do início de funções na empresa. Contudo, a RdN não só não acatou a decisão, como não afastou os factos que lhe foram imputados pela ACT, tendo esta participado (em 31 de Maio) ao Ministério Público (junto do Tribunal de Trabalho de Bragança) os factos verificados, para instauração de acções de reconhecimento da existência de contratos sem termo nesta empresa intermunicipal. E além do abuso do trabalho temporário e a violação da lei por parte da RdN, a ACT verificou, ainda, que a empresa fornecedora de mão de obra (Grandalvo Serviços) não possui licença para exercer esta actividade.

SITUAÇÃO INACEITÁVEL

A administração da RdN, contrariando promessas da integração dos trabalhadores nos qua-

dros, adiou a decisão, o que é ainda mais grave por se tratar de uma entidade pública e participada pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrizada de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso, Vinhais e pela Associação de Municípios do Douro Superior: Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, que têm a obrigação de valorizar o trabalho e promover a estabilidade e a segurança no emprego. O STAL continuará a acompanhar o processo, em defesa dos direitos dos trabalhadores, aguardando pela conclusão do mesmo o mais brevemente possível, mantendo-se firme em defesa do Serviço Público de qualidade, só possível com trabalhadores valorizados e respeitados. ■

AVEIRO: PROTESTO PÚBLICO NA CM ESPINHO

Mais de 50 trabalhadores deslocaram-se (em 17 de Julho) até à Câmara Municipal para entregar uma Carta Reivindicativa, uma acção pública de protesto devido ao crescente descontentamento pelas poucas condições de trabalho nos armazéns operacionais e a aplicação e alteração de horários dos trabalhadores destacados nos agrupamentos escolares. A DR Aveiro não baixará os braços na resolução dos problemas destes e de todos os trabalhadores da região. ■



BEJA: SERVIÇOS PÚBLICOS AMEAÇADOS

A DR Beja celebrou ACEP com um conjunto de uniões e freguesias do distrito (São Luís, em Odemira; Beja, Salvador e Santa Maria da Feira, Nossa Senhora das Neves, Baleizão, Cabeça Gorda, Santa Clara do Loreto e São Matias, em Beja), que representam conquistas e/ou recuperação de direitos. Já em Beja, o STAL e a Comissão Sindical da autarquia realizaram, em 21 de Junho, uma acção pública para alertar para as graves implicações da privatização de serviços municipais essenciais, como sucedeu nos sectores da água, recolha e tratamento de resíduos, e limpeza urbana. ■



COIMBRA: ELEIÇÃO DE DELEGADO NA CM FIGUEIRA DA FOZ

A DR Coimbra promoveu diversos plenários para analisar e discutir com os trabalhadores os principais problemas nos locais de trabalho da região: em 8 de Agosto, com trabalhadores da CM Figueira da Foz, em que se elegeu mais um delegado sindical; na ERSUC, em 29 de Julho, sobre a recuperação das carreiras e os aumentos salariais; e em 16 de Julho, nos SMTUC, em que se discutiu, sobretudo, o facto de os trabalhadores poderem marcar apenas 20 dias de férias por ano, ficando os restantes a acumular, sem que os possam gozar quando querem. ■



ÉVORA: INSTALAÇÕES COM AMIANTO DENUNCIADAS

A DR Évora, em 27 de Junho, entregou na delegação local da ACT um dossier com fotos de instalações das autarquias do distrito com fibrocimento, possivelmente com amianto, uma acção que visou contribuir para a melhoria das condições de trabalho e a redução de riscos dos trabalhadores e outras pessoas que utilizam as instalações. Já em Mourão, os trabalhadores do município subscreveram um abaixo-assinado a exigir a conclusão do sistema de avaliação de 2021/22 e o início do de 23/24, assim como o pagamento dos respectivos retroactivos. ■

FARO: RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO EM VR ST.º ANTÓNIO

Os trabalhadores da ex-Sociedade de Gestão Urbana recuperaram o tempo de serviço aquando da sua integração na CM Vila Real de Santo António. Este é o resultado de quatro anos de forte luta dos trabalhadores, apoiados pelo STAL, que levou o executivo municipal a proceder à contagem do tempo de serviço e ao pagamento dos retroactivos que lhes era devido à data da sua internalização na câmara. A DR Faro assinou, ainda, um ACEP com a JF Cachopo (Tavira), que garante mais direitos aos trabalhadores. ■



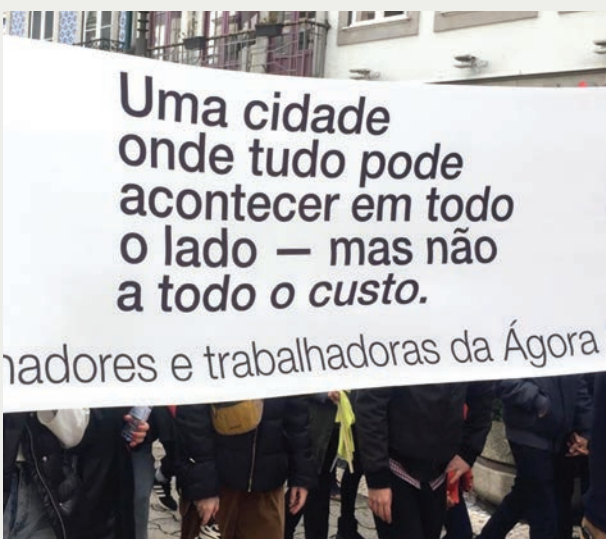
LEIRIA: EXIGE-SE AVALIAÇÃO JUSTA NA CM MARINHA GRANDE

Cerca de 100 trabalhadores do Município da Marinha Grande concentraram-se (em 24 de Junho) em frente da autarquia para exigir a atribuição de objectivos e uma avaliação imparcial e transparente, já que a autarquia não o faz desde o biénio 2017/2018. A DR instou o executivo camarário a encontrar uma solução favorável a todos os trabalhadores, reafirmando a necessidade de revogação do SIADAP e a sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo. ■



LISBOA: LUTA PELA VALORIZAÇÃO DAS CARREIRAS

A DR Lisboa e o STML promoveram (em 17 de Julho) um plenário de trabalhadores em frente à Câmara Municipal de Lisboa, para exigir ao presidente (Carlos Moedas) que, como líder da maior autarquia do País e tal como fez junto do anterior governo PS, inste o do PSD/CDS (a sua “família” política) a repor a justiça e igualdade dos trabalhadores que ficaram excluídos da valorização remuneratória (52€) prevista no DL 84-F/2022. Já em 26 de Junho, assinou um ACEP com a JF São Domingos de Benfica, que representa uma vitória dos trabalhadores no caminho da recuperação de direitos. ■



PORTO: TRABALHADORES INTEGRADOS NA «ÁGORA»

Os trabalhadores da CM Lousada recuperaram direitos com o ACEP assinado pela DR Porto, em 25 de Julho. Já no dia anterior, dirigentes sindicais reuniram-se com os trabalhadores do Centro de Triagem da Lipor, para discutir os baixos salários, a insegurança quanto ao futuro, a avaliação inadequada e a falta de um modelo de carreiras que os valorize. Em 10 de Julho, os trabalhadores com vínculos precários da «Ágora» foram integrados nesta empresa municipal, processo que o STAL acompanhou de perto (em articulação com o CENA-STE). A luta que irá prosseguir por mais direitos e contra os abusos de que os trabalhadores têm sido alvo. ■



PORTALEGRE: RESOLUÇÃO ENTREGUE AO EXECUTIVO CAMARÁRIO

Fartos de esperar por uma resposta da CM Portalegre relativamente aos pedidos de reunião do STAL para a negociação do ACEP e do SPI, os trabalhadores entregaram ao executivo municipal uma resolução com as suas reivindicações, e criticam a postura de bloqueio da negociação colectiva demonstrada pela autarquia. ■

SETÚBAL: LUTA NA JF GÂMBIA PELO CUMPRIMENTO DO ACEP

Os trabalhadores do sector operário da JF Gâmbia avançaram com uma paralisação de 24 horas no dia 25 de Junho, e parcial nos dias 26 e 27, pelo cumprimento do ACEP e defesa da jornada contínua, contra a perseguição e o desrespeito do presidente para com os trabalhadores e os representantes sindicais. Já no dia 27, a Comissão Sindical das Autarquias do Concelho de Setúbal entregou o Caderno Reivindicativo à administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal. ■



VILA REAL: JUSTOS ANSEIOS NA CM CHAVES

Em 8 de Agosto, a DR Vila Real realizou um plenário com os trabalhadores da limpeza urbana da CM Chaves, sobre horários e ACEP. São antigas as reclamações dos trabalhadores, que já tinham rejeitado a proposta da autarquia de incluir o “banco de horas” num acordo e subscreveram um abaixo-assinado a exigir a implementação do SIPR, que compense os trabalhadores que exercem funções em condições penosas, insalubres e de risco. Já a Comissão Sindical do Município foi reforçada com a eleição de três delegados sindicais. ■

UM DIREITO NÃO PODE SER UM NEGÓCIO!

A ofensiva contra a água pública

A privatização nunca será solução. É preciso uma gestão pública robusta e competente, agir na preservação e protecção de todos os valores da água, assegurar o direito à água e saneamento para todos, valorizar o serviço público, os trabalhadores do sector e reforçar o investimento público.

A vitória da direita (PSD/CDS) nas últimas eleições legislativas, tendo em conta o histórico e objectivos, e a pressão do grande capital pelo controlo e posse dos recursos, que se intensificará quanto mais escassa for a água, não auguram nada de bom para a água pública.

Na verdade, o que se pode esperar daqueles que abriram o sector aos privados, com as consequências que se conhecem, que tentaram privatizar as Águas de Portugal, à semelhança do que fizeram com a EGF, e reduziram ao mínimo os serviços de monitorização e gestão da água, se não levar mais longe o caminho da mercantilização e da privatização? Aliás, quer o programa de Governo, quer as Grandes Opções do Plano 2024-2028, sobretudo pelo que não dizem, não deixam dúvidas: o que se desenha é o aprofundamento da ofensiva contra a gestão pública da água.

AGREGAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ÁGUAS

A pressão para a agregação, utilizando os fundos comunitários como elemento de chantagem, tem-se traduzido, na maioria dos casos, na criação de empresas intermunicipais. Como temos salientado, a colaboração entre os municípios é importante, outra coisa é o alijamento da responsabilidade de gestão.

É, pois, positiva a eliminação, há muito exigida, da medida que vedava o acesso a fundos comunitários por parte de municípios não agregados, incluída pelo anterior governo PS no PENSAARP 2030 (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de



Águas Residuais e Pluviais), mas é imprescindível reforçar o financiamento das autarquias e o investimento público.

Assumindo graus diversos, as agregações municipais têm significado o aumento de tarifários, degradação de serviços, perda de proximidade e de controlo democrático, desrespeito pelos direitos dos trabalhadores.

No caso da Águas do Pinhal Interior Norte, o Município de Penacova decidiu mesmo abandonar a empresa, que exige ser indemnizada.

Em perspectiva está a agregação da Águas de Coimbra e os municípios de Condeixa-a-Nova, Mealhada e Miranda do Corvo. Fugindo ao formato empresarial que, sendo importante, não evita alguns dos problemas, foi criada a Águas Públicas em Altitude – Serviços Intermunicipalizados, abrangendo quatro municípios e a AINTAR (uma Associação de Municípios de Fins Específicos), para a gestão do saneamento de águas residuais dos municípios de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela.

Já no quadro das “parcerias” entre a Águas de Portugal e os municípios, construídas para contornar a disposição constitucional que estabelece como competência municipal o abastecimento de água e saneamento, mantém-se a ameaça de entrega dos serviços de seis municípios (Amadora, Arruda dos Vinhos, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira) à EPAL e à Águas do Tejo e Atlântico, pelo que há que continuar vigilantes.

Na Águas do Alto Minho, Valença e Cerveira moveram uma acção junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga para remover a cláusula que os impede de saírem da empresa.

Os privados, como aqui já se escreveu, espreitam a oportunidade, pois a partir do momento em que existe uma maior dimensão, uma maior capacidade técnica e financeira, há todo um desenvolvimento do mercado e das oportunidades que

podem ser apropriadas para o sector privado.

A TRANSFORMAÇÃO DA ÁGUA NUM BEM ECONÓMICO DE MERCADO

Coincidência ou não (o Diabo o saberá...), dois estudos divulgados recentemente – um da Universidade Católica e outro encomendado pelo lóbi privado do sector (a AEPISA) à FUNDEC – defendem a subida significativa dos preços, determinante no processo de privatização, enquanto o Governo pretende devolver os poderes tarifários vinculativos ao regulador (ERSAR), indispensável para garantir isso mesmo.

Além disso, o primeiro dos referidos estudos defende, ainda, a criação do mercado de água – compra e venda de títulos de utilização/direitos da água que, apesar de legalizado desde 2005 (Lei da Água), não está instituído entre nós – cujas consequências, nos países onde tal existe, estão bem documentadas: separação da água e da terra, para permitir a mercantilização; desregulação do comércio da água entre utilizadores e tipos de uso; apropriação privada da água, excluindo os mais vulneráveis e desprezo por valores não produtivos; o ambiente tende a ser considerado como um actor do mercado, obrigando o Estado a comprar direitos de água para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas.

Já o segundo daqueles estudos defende a eliminação de subsídios à exploração, entre serviços e consumos, e mais subsídios ao investimento, leia-se reduzir a água a um bem de mercado, pago pelo consumidor, com um preço fixado de acordo com o modelo de recuperação total dos custos (incluindo a remuneração do capital, ou seja, do lucro), e canalizar dinheiros públicos para os privados, que se “queixam” de receber apenas 1,2% dos subsídios.

A privatização nunca será solução! A água é um direito, não é um negócio, que só vê preços. É preciso uma gestão pública robusta e competente, agir na preservação e protecção de todos os valores da água, assegurar o direito à água e saneamento para todos, valorizar o Serviço Público, os trabalhadores do sector e reforçar o investimento público. ■

EMPRESAS INTERMUNICIPAIS

Empresa	N.º Municípios
Águas do Alto Alentejo	7
Águas do Baixo Mondego e Gândara	10
Águas do Interior Norte	3
Águas do Pinhal Interior Norte	8
Águas do Ribatejo	11
Águas Públicas da Serra da Estrela	3
Tejo Ambiente	6
Vimágua	2

STAL PARTICIPOU NO 11.º CONGRESSO DA FSESP

É hora dos Serviços Públicos!

A Federação Sindical Europeia de Serviços Públicos definiu, como prioridades para os próximos cinco anos, o reforço e valorização dos Serviços Públicos e dos trabalhadores, a oposição à austeridade e a luta contra a privatização.

Sob o lema «É hora dos serviços públicos!», a Federação Sindical Europeia de Serviços Públicos (FSESP), organização da qual o STAL é filiado, realizou o seu 11.º Congresso em Bucareste, na Roménia, de 18 a 20 de Junho, tendo o STAL estado representado por Cristina Torres (presidente) e por Vanda Figueiredo (vice-presidente e responsável de organização).

O congresso, que teve como temas centrais garantir a Paz, a democracia, a igualdade, os direitos e as liberdades; recuperar e reforçar os Serviços Públicos; defender uma transição verde, digital e socialmente justa; assegurar empregos e serviços de qualidade; construir e fortalecer os sindicatos dos Serviços Públicos, elegeu os novos órgãos executivos, nomeadamente a nova presidente, Françoise Geng (dirigente sindical da CGT-Saúde), e reelegeu Jan Willem como secretário-geral da FSESP.

ESTADO DA PALESTINA E COMBATE À EXTREMA-DIREITA

Além da aprovação do Programa de Acção e das prioridades para os próximos cinco anos, como o reforço e valorização dos Serviços Públicos e dos trabalhadores, a oposição à austeri-



Foto de "família" dos congressistas; e, em baixo, a delegação do STAL com a nova presidente da FSESP

dade e a luta contra a privatização, foram ainda aprovadas diversas resoluções, com destaque para a situação na Palestina, votada favoravelmente pela esmagadora maioria dos congressistas.

A resolução condena a política genocida conduzida por Israel, apela à paz e ao cessar-fogo e ao reconhecimento do Estado da Palestina, saudando os países que já tomaram esta decisão. Igualmente aprovada, foi a exigência de Serviços Públicos de



Jorge Fael, Vanda Figueiredo, Françoise Geng e Cristina Torres

qualidade para todos, em domínios fundamentais como a saúde, a Administração Pública. O combate à extrema-direita e ao seu programa anti-laboral, anti-sindical e social, com relevância para a grave situação em França, também marcou presença. Como se pode ler na resolução aprovada por unanimidade, "o campo da extrema-direita é o medo; o nosso é o da esperança! Unidos e solidários em toda a Europa, nós, os sindicatos, não deixaremos que ganhem terreno. Será uma batalha diária, mas não cederemos".

LUTA PELA PAZ

Num Mundo dilacerado por conflitos e guerras, pela conquista de poder e recursos, onde quem proclama e defende a Paz é um alvo a abater – se bem que a verdade venha sempre ao de cima –, há que resistir, persistir no único caminho que interessa aos povos e aos trabalhadores: a Paz! Sabemos quão poderosos são os interesses dos que se lhe opõem, ou seja, dos que promovem e instigam a guerra e, com ela, ganham milhões à custa da destruição de milhares de vidas humanas. Sabemos, historicamente e de forma trágica, que a guerra é sempre a resposta do capitalismo à(s) crise(s), à queda dos lucros, a sua única e verdadeira razão de ser, e que quanto maior é a crise, maior é a exploração e os perigos de confrontação!

Mais despesa em armas significa menos dinheiro para salários e pensões, para a educação, para a saúde, para a habitação, para a cultura, ou seja, mais desigualdades, das quais se alimenta a extrema-direita que se diz querer combater, que também beneficia da retórica belicista. Só uma política orientada para a Paz pode vencer a guerra. E só vencendo a guerra haverá futuro! ■

SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINIANO

Entre 2 e 12 de Outubro, de Norte a Sul do País, decorre uma jornada nacional de solidariedade com o povo palestino e contra a agressão de Israel, promovida pelo CPPC, CGTP-IN, MPPM e Projecto Ruído, e cujo apelo o STAL subscreveu. A encerrar esta iniciativa, realiza-se uma grande manifestação em Lisboa, no dia 12 (a partir das 15h), entre o Martim Moniz e a Praça do Município.





ALMOÇO-CONVÍVIO EM LISBOA JUNTA CERCA DE CENTENA E MEIA

STAL festeja 49 anos com trabalhadores, dirigentes e convidados

O Sindicato comemorou mais um aniversário, em Lisboa – na véspera da data oficial da sua constituição, 24 de Agosto de 1975 –, com um momento de alegre confraternização entre dirigentes, trabalhadores e diversos convidados do movimento sindical.

Cerca de uma centena e meia de trabalhadores e dirigentes regionais e nacionais do STAL – o primeiro sindicato do sector da Administração Pública a ser constituído após a Revolução de 25 de Abril de 1974 –, bem como convidados do movimento sindical (CGTP-IN, STML, CESP e FNSTFPS) assinalou, em 23 de Agosto, num almoço-convívio no Jardim de Santos (Lisboa), o 49.º aniversário do STAL.

Além de se tratar de uma ocasião em que se promoveu um fraterno convívio entre toda a estrutura do Sindicato e os demais camaradas do Movimento Sindical Unitário, esta celebração revestiu-se, igualmente, de importância política, ou não tivesse sido marcada por uma intervenção da presidente, Cristina Torres, sobre a actual situação político-sindical e a necessidade de o STAL se manter mobilizado face às prioridades da luta até ao final deste ano (como a aprovação do Orçamento do Estado para 2025, cujas perspectivas não podiam ser mais negativas) e face aos principais



desafios que se antevêm para o próximo ano.

Perante o agravamento da crise económica e social, e a ausência de soluções para os problemas e de resposta às reivindicações dos trabalhadores, Cristina Torres frisa que o caminho só pode ser “o da intensificação da luta nos locais de trabalho”, renovando o compromisso do STAL “em manter o combate pela justa distribuição da riqueza e pela valorização dos trabalhadores”, tendo lembrado que os trabalhadores da Administração Pública perderam, desde 2009, o equivalente a três salários mensais e que ganham, em média, cerca de metade do salário dos seus congéneres em outros países da União Europeia, “um quadro de salários baixos e de ‘sufoco’ dos Serviços Públicos fruto das políticas adoptadas pelos mesmos de sempre, desde 1976, ou seja, os sucessivos governos PSD/CDS e PS”.

A LUTA CONTINUA!

Para Cristina Torres, este tempo – em que o STAL dá início às comemorações das suas “Bodas de Ouro” – “é de continuação e intensificação da luta contra o empobrecimento e as desigualdades sociais, ou não fosse este um Sindicato de Abril, nascido no seguimento da luta contra a ditadura fascista, o que mostra que é possível resistir e conquistar mais direitos e melhores condições de vida”.

Para tal, reafirma as principais reivindicações dos trabalhadores e do STAL, designadamente a urgente valorização e dignificação profissional dos trabalhadores; aumentos salariais para todos; a actualização justa e real da TRU; a revogação do SIADAP e a sua substituição por um sistema de avaliação justo e sem quotas; a melhoria das condições de trabalho; e o respeito e cumprimento da contratação colectiva; a aplicação correcta e abrangente do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, bem como a actualização dos seus valores e a incorporação do factor Risco; a regulamentação do Subsídio de Piquete e Disponibilidade; a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido na Administração Local e Empresas Municipais e Concessionárias; reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado. ■

O Salário Mínimo Nacional (SMN) para a indústria, serviços e Administração Pública foi estabelecido em 1974, sendo em 1977 e 1978 aplicado aos serviços domésticos. Em 1991, fundiram-se num só os SMN para a indústria, serviços e agricultura. A importância do SMN também resulta de ser a referência em muitas negociações salariais e prestações sociais.

Nos dois anos seguintes à Revolução de Abril, para lá de aumentos salariais e melhoria do poder de compra, os trabalhadores obtiveram através da contratação colectiva ou por decreto-lei benefícios sociais muito diversos, como as reduções de horários de trabalho, a criação do subsídio de desemprego, o reconhecimento do direito a férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a melhoria das pensões de reforma, de velhice e de invalidez.

Em 1976 é reconhecida a licença de maternidade para todas as trabalhadoras, posteriormente extensiva aos dois progenitores, como licença parental.

1.º DE MAIO: PRIMEIRA CONQUISTA DE ABRIL

Refira-se que o Estatuto do Trabalho Nacional (1933 a 1974) consagrou a completa subordinação do Trabalho ao Capital. A proibição do direito à greve e as restrições aos direitos de reu-

50 ANOS DE SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

ABRIL EM MAIO COM LUTAS MIL

O SMN é uma conquista da Revolução de Abril, e a sua importância é reforçada por se tratar da referência em muitas negociações salariais e prestações sociais.



nião, associação e manifestação, a censura prévia, a ausência de protecção na doença, maternidade, desemprego e velhice, o trabalho infantil, a menorização das mulheres, constituíam um “colete de forças” que assegura-

(1) dger.pt/wp-content/uploads/2019/05/DL-23-set-1933-estatuto-do-trabalho-nacional.pdf

(2) abrilabril.pt/trabalho/maio-de-1962-marco-historico-da-luta-antifascista-e-contra-exploracao

(3) <https://www.cgtp.pt/cgtp-in/areas-de-accao/accao-reivindicativa/20254-smn-o-presente-e-futuro-do-pais-reclama-mais-abril>

(4) sol.sapo.pt/2017/04/25/trabalhadores-conheca-as-conquistas-de-abril/

(5) idt.fduilisboa.pt/wp-content/uploads/2021/01/27.pdf

va a “ordem” nos espíritos, nas ruas e nos locais de trabalho, sob atenta vigilância e controle da polícia política e outras forças repressivas(1).

Isto mudou radicalmente com a força de Abril em Maio, com as populações na rua, em liberdade, lutando por melhores condições de vida e trabalho. A primeira conquista de Abril foi o 1.º de Maio, consagrado como feriado nacional, celebrado por todo o País, sem repressão, prisões ou violência exercida pelas forças policiais(2).

Outras conquistas foram sendo alcançadas: a igualdade perante a lei, as liberdades de organização, associação, reunião, manifestação e de expressão, os direitos ao trabalho, à greve, ao controle operário e à contratação colectiva, a liberdade e autonomia sindicais, a protecção legal dos representantes dos trabalhadores, a legalização da CGTP-IN, fundada em 1970, como central sindical. Sem esquecer os direitos à educação, segurança social, saúde e habitação. Novas conquistas, e ameaças de retrocessos, têm caracterizado os tempos desde 1976 até 2024, o do 50.º aniversário do SMN(3) e de Abril em Maio.(4) (5). ■

LUTAS COM HISTÓRIA

“Pacote” anti-autárquico

Em 16 de Maio de 1985, no âmbito da luta contra o “pacote anti-autárquico”, o STAL realizou uma grande manifestação entre os Restauradores e a Pç. Comércio, em Lisboa, em que foram detidos, identificados e mandados a julgamento os membros da Comissão Executiva da Direcção Nacional.

■ Em 4 de Junho tem lugar uma greve nacional em protesto contra a aplicação de legislação às autarquias, sem negociação com os representantes dos trabalhadores. Sob a pressão da luta, a Assembleia da República altera as disposições mais gravosas do “pacote anti-autárquico”. O diploma, aprovado em 3 Julho de 1985, elimina os limites com despesas de pessoal, que o governo de Mário Soares/Mota Pinto



pretendia impor às autarquias, pondo em causa milhares de postos de trabalho. Os resultados, embora insuficientes, mostravam, uma vez mais, que aos trabalhadores não restava outro caminho senão lutar.

E é como consequência directa das lutas sindicais que o País assiste à ruptura da coligação PS/PSD, caindo o governo do Bloco Central. Em 12 de Julho, a Assembleia da República é dissolvida e são convocadas eleições legislativas para 6 de Outubro.

FIRME RESISTÊNCIA

Afirmando-se como uma das principais organizações de classe no panorama nacional, o STAL continuou a crescer na luta diária contra as políticas da direita.

No plano internacional, reforçou as relações com sindicatos

européus e torna-se membro de pleno direito da União Sindical Europeia dos Trabalhadores da Administração Local e Regional. A firme resistência dos trabalhadores permitiu atenuar e travar certas medidas da ofensiva anti-laboral e abrir caminho a alguns avanços em matéria de direitos e condições de trabalho. Neste período efectuou-se, finalmente, a reestruturação global das carreiras e foi aplicado um novo sistema retributivo. Ambas as reformas, no entanto, ficaram muito aquém das reivindicações dos sindicatos, que logo exigiram a eliminação de distorções e intoleráveis injustiças provocadas pelo novo sistema. Num quadro político desfavorável aos trabalhadores foi ainda graças à sua luta firme e determinada que se conquistou as 40 horas semanais. ■

POESIA

SELECÇÃO DE ERMELINDA MORGADO

LUÍS VAZ DE CAMÕES

Poeta do Povo e da Pátria



Assinala-se este ano os 500 anos do nascimento do autor de "Os Lusíadas"

BIOGRAFIA

Presume-se que Luís Vaz de Camões tenha nascido em Lisboa por volta de 1524, no seio de uma família do Norte (Chaves). Viveu algum tempo em Coimbra e, segundo consta, frequentou aulas de Humanidades no Mosteiro de Santa Cruz, onde tinha um tio padre. Regressado a Lisboa, levou uma vida de boémia. Em 1553, depois de ter sido preso devido a uma briga, parte para a Índia. Fixou-se em Goa, onde escreveu (de acordo com seus estudiosos) grande parte da sua obra. Regressa a Portugal em 1569, pobre e doente, conseguindo publicar "Os Lusíadas", em 1572, graças à influência de alguns amigos junto do rei D. Sebastião. Faleceu em Lisboa em 10 de Junho de 1580. É considerado o maior poeta português, situando-se a sua obra entre o Classicismo e o Maneirismo. Obras: "Os Lusíadas" (1572), "Rimas" (1595), "El-Rei Seleuco" (1587), "Auto de Filodemo" (1587) e "Anfitriões" (1587). Aconselha-se uma visita à página https://pt.wikipedia.org/wiki/Luís_de_Camões

ALMA MINHA GENTIL, QUE TE PARTISTE

Alma minha gentil, que te partiste
Tão cedo desta vida descontente,
Repousa lá no Céu eternamente
E viva eu cá na terra sempre triste.

Se lá no assento etéreo, onde subiste,
Memória desta vida se consente,
Não te esqueças daquele amor ardente
Que já nos olhos meus tão puro viste.

E se vires que pode merecer-te
Alguma cousa a dor que me ficou
Da mágoa, sem remédio, de perder-te,

Roga a Deus, que teus anos encurtou,
Que tão cedo de cá me leve a ver-te,
Quão cedo de meus olhos te levou.

VERDES SÃO OS CAMPOS

Verdes são os campos,
De cor de limão:
Assim são os olhos
Do meu coração.

Campo, que te estendes
Com verdura bela;
Ovelhas, que nela
Vosso pasto tendes,
De ervas vos mantendes
Que traz o Verão,
E eu das lembranças
Do meu coração.

Gados que pasceis
Com contentamento,
Vosso mantimento
Não no entendereis;
Isso que comeis
Não são ervas, não:
São graças dos olhos
Do meu coração.

AMOR É UM FOGO QUE ARDE SEM SE VER

Amor é um fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói, e não se sente;
É um contentamento descontente;
É dor que desatina sem doer.
É um não querer mais que bem querer;
É um andar solitário entre a gente;
É nunca contentar-se e contente;
É um cuidar que ganha em se perder;
É querer estar preso por vontade;
É servir a quem vence, o vencedor;
É ter com quem nos mata, lealdade.
Mas como causar pode seu favor
Nos corações humanos amizade,
Se tão contrário a si é o mesmo Amor?

MUDAM-SE OS TEMPOS, MUDAM-SE AS VONTADES

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança:
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.
Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança:
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem (se algum houve) as saudades.
O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.
E afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto,
Que não se muda já como soía.

ENDECHAS A BÁRBARA ES CRAVA

Aquela cativa
Que me tem cativo,
Porque nela vivo
Já não quer que viva.
Eu nunca vi rosa
Em suaves molhos,
Que pera meus olhos
Fosse mais fermosa.

Nem no campo flores,
Nem no céu estrelas
Me parecem belas
Como os meus amores.
Rosto singular,
Olhos sossegados,
Pretos e cansados,
Mas não de matar.

Uma graça viva,
Que neles lhe mora,
Pera ser senhora
De quem é cativa.
Pretos os cabelos,
Onde o povo vão
Perde opinião
Que os louros são belos.

Pretidão de Amor,
Tão doce a figura,
Que a neve lhe jura
Que trocara a cor.
Leda mansidão,
Que o siso acompanha;
Bem parece estranha,
Mas bárbara não.

Presença serena
Que a tormenta amansa;
Nela, enfim, descansa
Toda a minha pena.
Esta é a cativa
Que me tem cativo;
E, pois nela vivo,
É força que viva.

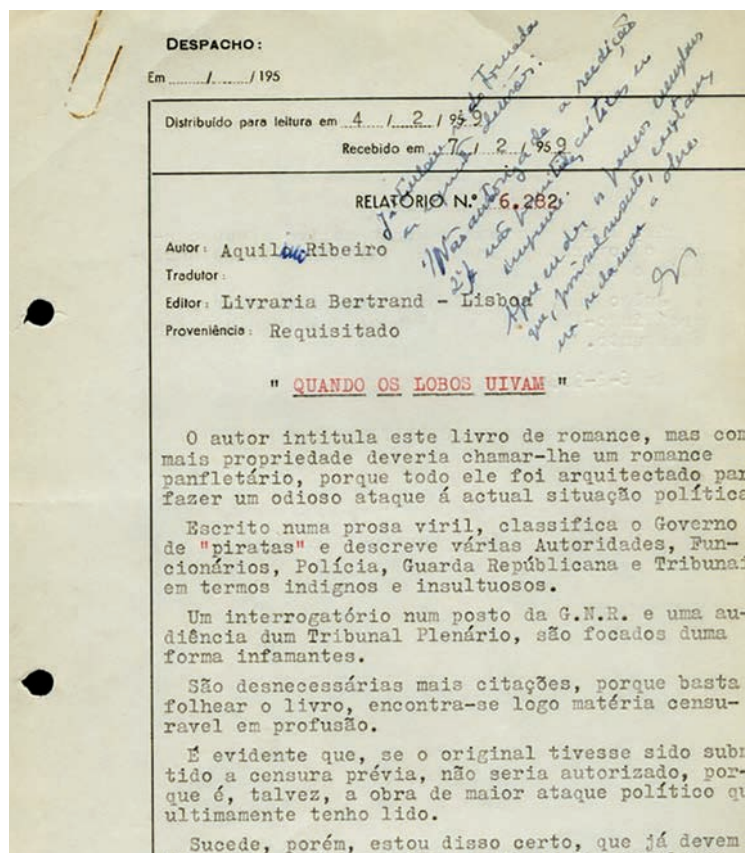
UM LIVRO | UM AUTOR

ANTÓNIO MARQUES

AQUILINO RIBEIRO (1885-1963)

ESCRITOR SEM MEDO

Empenhado e aguerrido oposicionista da monarquia e do regime salazarista, conheceu por duas vezes a prisão, onde sofreu as sevícias dos regimes da altura. A ditadura fascista apreendeu-lhe “Quando os Lobos Uivam”, obra pela qual foi preso pela segunda vez.



O relatório da censura aconselha a apreensão do “romance panfletário”

Aquilino Ribeiro é um dos maiores escritores da Língua Portuguesa, e a sua vastíssima obra (em que cabe quase um século inteiro e que deveria suscitar outro respeito) é menos divulgada porque, ainda hoje, assusta a crítica e os poderes instituídos.

Nasceu em 13 de Setembro de 1885, em Carregal da Tabosa (concelho de Sernancelhe), e durante várias décadas retratou, pela voz do povo, a vida dos campos e das cidades, e numa tamanha riqueza verbal que não possui similar na literatura portuguesa, nem mesmo na ficção camiliana.

Aos 17 anos, acabado o liceu em Lamego, os pais moveram-lhe uma “guerra muda”: como o queriam no seminário, deixaram de lhe falar, não lhe achocalhando mais no bolso qualquer vintém. Lá foi, muito contrariado, para o Seminário de Beja. Mas, nem os seminaristas a zumbi-

rem como colmeia na oração, nem a sotaina ou o barrete puderam nada com ele...

E por completa ausência de vocação (seria expulso do Seminário em 1904) e excluída a pretensão a tornar-se amanuense dos Caminhos de Ferro, o jovem Aquilino encontra refúgio nos livros. Dirá, mais tarde: “Refugiei-me na literatura como num convento do Monte Atos. Entrava para a Biblioteca Nacional com o abrir do portão e era o último a largar.”

Influências bebeu-as em Anatole France e, mais ao longe, em Flaubert, dos quais retira o seu gosto pela evocação filosófico-histórica e pelas aventuras de cunho sensual que transbordam dos seus romances ou das suas novelas.

Na vida, coube um romantismo aventureiro à Victor Hugo, sempre de “peito feito” contra as tiranias e os despotismos vários, não se vergando nem às sotainas da sua adolescência, nem aos



A ditadura fascista proibiu e a apreendeu mais de 900 livros, levando à prisão muitos escritores antes do 25 de Abril de 1974, por obras consideradas comunistas, subversivas, revolucionárias, anarquistas ou até imorais.

ferrolhos das prisões, nem a juízes, monarcas ou ditadores.

PELA “BALA E BAIONETA”

É o mais empenhado e aguerrido escritor contra a monarquia liberal e contra o Regime de Salazar, tendo conhecido as sevícias dos regimes de então épocas, nas duas vezes em que esteve preso.

Em 1907, acusado de ser anarquista, Aquilino é preso na sequência de uma explosão no seu quarto, em Lisboa, na qual morreu um carbonário. No ano seguinte, evade-se da prisão, e durante a clandestinidade em Lisboa mantém contacto com os regicidas e tem conhecimento dos seus planos.

Fugiu para Paris após o regicídio, e regressa a Portugal após o 5 de Outubro de 1910, mas volta para Paris, onde conheceu a alemã Grete Tiedemann, com quem casar-se-á após uma estada na Alemanha. Em 1914, nasce-lhes o primeiro filho (Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro) e publicará um novo livro («Jardim das Tormentas»). Já com um prestígio muito ancorado na sua obra e na sua personalidade, em 1958 publica o famoso romance «Quando os Lobos Uivam», que se tornou duplamente célebre: pelo conteúdo e pelo inacreditável processo que a ditadura fascista lhe

BIBLIOGRAFIA (RESUMO)

Com uma obra vasta, Aquilino destacou-se, sobretudo, no romance e novela:

- 1918 A Via Sinuosa
- 1919 Terras do Demo
- 1920 Filhas da Babilónia
- 1926 Andam Faunos Pelos Bosques
- 1930 O Homem Que Matou o Diabo
- 1932 A Batalha Sem Fim
- 1932 As Três Mulheres de Sansão
- 1933 Maria Benigna
- 1936 Aventura Maravilhosa de D. Sebastião Rei de Portugal Depois da Batalha com o Miramolim
- 1937 São Bonaboião: Anacoreta e Mártir
- 1939 Mónica
- 1941 O Servo de Deus e a Casa Roumada
- 1943 Volfrâmio
- 1945 Lápides Partidas
- 1947 Caminhos Errados
- 1947 O Arcanjo Negro
- 1954 Humildade Gloriosa
- 1957 A Casa Grande de Romarigães
- 1958 Quando os Lobos Uivam
- 1958 A Mina de Diamantes
- 1962 Arcas Encoiradas
- 1963 Casa do Escorpião

moveu, e que lhe custou mesmo a segunda experiência atrás das grades.

O censor considera-o um “romance panfletário” e “odioso ataque à situação política”, descrevendo entidades oficiais “em termos indignos e insultuosos”, e lamentando que o original não tivesse sido submetido à censura prévia, considera “de toda a justiça mandar apreender o livro”.

É pronunciado por abuso de liberdade de expressão, sujeito ao vexame dos interrogatórios e à afronta das mesquinhas diligências processuais. Mas a enorme pressão de um movimento de escritores portugueses e estrangeiros (no Brasil tinha saído um livro em sua defesa, «Quando os Lobos Julgam, a Justiça Uiva»), que promovem uma petição para que seja libertado, leva a que o processo seja arquivado, para tentar salvar a face do bolorento regime de Salazar. Sem medo, Aquilino é, aos 74 anos, um dos promotores da campanha do general Humberto Delgado: “Não nos queiram ditar a vossa lei pela bala e a baioneta” dizia.

Um dia, Portugal será justo para com «O Homem que Matou o Diabo» (1930). ■

A FECHAR

25 DE OUTUBRO E 9 DE NOVEMBRO: MANIFESTAÇÕES EM LISBOA E PORTO

Exigir melhores condições de vida e de trabalho

Após as manifestações do STAL em 25 de Junho e 20 de Setembro, a luta prossegue com as manifestações convocadas pela Frente Comum (no próximo dia 25) e da CGTP-IN (em Novembro) para exigir outro rumo para o País e a sua valorização profissional e salarial.

A luta dos trabalhadores de todos os sectores – nomeadamente os da Administração Pública –, contra as políticas de empobrecimento prosseguidas pelo governo PSD/CDS intensificam-se, nomeadamente nos próximos dias 25 de Outubro – com a manifestação nacional convocada pela Frente Comum – e 9 de Novembro, data em que a CGTP-IN promove uma grande acção de luta em Lisboa e Porto (a culminar um mês de plenários, concentrações e greves, em todo o País), para exigir “um outro rumo para o País”, e políticas que garantam o aumento dos salários e pensões, a defesa e melhoria dos direitos, da Ha-

bitação à Saúde, além do reforço dos Serviços Públicos. Em 17 de Maio, milhares de trabalhadores da Administração Pública participaram na “Jornada Nacional de Luta” promovida pela Frente Comum (FC), e concentraram-se frente ao Ministério de Finanças, em Lisboa, para fazer ouvir o seu protesto contra as políticas de empobrecimento prosseguidas pelos governos do PS e PSD/CDS. No dia 2 de Julho, o plenário de sindicatos da FC decorreu junto à residência oficial do Primeiro Ministro, ocasião em que o coordenador da FC (Sebastião Santana) reafirmou que “os problemas dos trabalhadores da Administração Pública, bem como



dos Serviços Públicos, continuam a agudizar-se, perante o silêncio do governo PSD/CDS”,

que se recusa a calendarizar o início da negociação para implementar as soluções preconizadas na “Proposta Reivindicativa Comum”, para reverter a desvalorização de quem trabalha e a degradação da resposta às necessidades das populações.

“A VIDA TEM PIORADO”

Já a manifestação nacional marcada pela CGTP-IN para Lisboa e Porto realiza-se uma semana após a votação (na generalidade) do Orçamento do Estado para 2025, considerando a Intersindical que a coligação de direita recorre à “propaganda e demagogia para desviar as atenções da falta de resposta aos graves problemas dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados e do País”; procura agravar a desregulação das condições de vida e de trabalho, e adoptou uma “política fiscal que favorece os grupos económicos e aprofunda a desigualdade na distribuição da riqueza”. Recorde-se que, em Junho, a CGTP-IN realizou a “Semana de Esclarecimento, Acção e Luta”, que terminou (no dia 27) com uma manifestação junto ao Ministério do Trabalho (em Lisboa), em que o secretário-geral (Tiago Oliveira) denunciou que “a vida dos trabalhadores tem piorado”, havendo “mais desemprego, precariedade, pobreza e exclusão social”, e que os salários “perdem poder de compra e a população continua com dificuldade no acesso ao Serviço Nacional de Saúde e aos equipamentos de apoio à família”. ■

RESUMO DA LUTA

20 SETEMBRO

Manif. do STAL pelo SIPR e valorização das carreiras.

13 SETEMBRO

Concentração da FC nos 45 anos do SNS.

16 e 17 AGOSTO

Greve na ERSUC.

17 JULHO

Concentração de trabalhadores da CM Espinho.

17 JULHO

Plenário de trabalhadores junto à CM Lisboa.

15 JULHO

Greve na FCC.

10 JULHO

Conselho Regional de Delegados e Dirigentes da DR Lisboa.

3 JULHO

Greve nos SMTCB.

2 JULHO

Plenário da FC junto à residência oficial do Primeiro Ministro.

1 JULHO

Trabalhadores dos Serv. Municip. Setúbal entregam Cad. Reivindicativo.

25 JUNHO

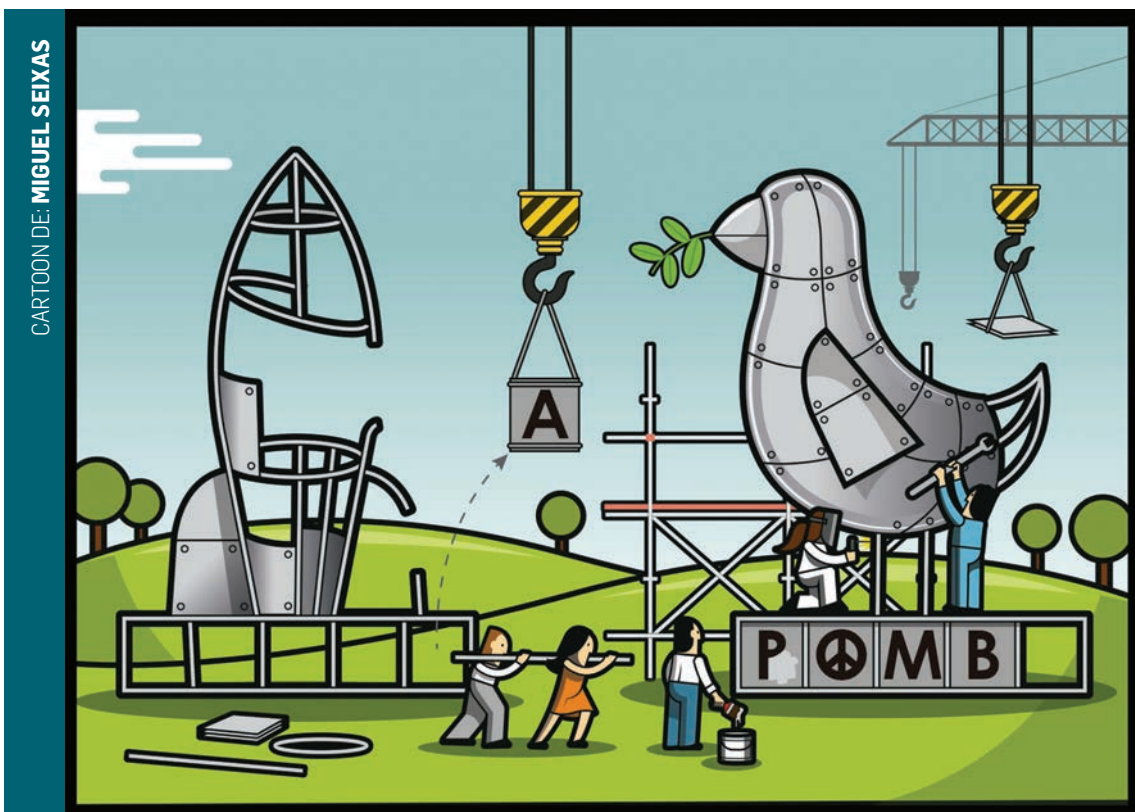
Manifestação dos trabalhadores da Adm. Local e Emp. Municipais e Concessionárias junto ao Parlamento.

24 JUNHO

Concentração de trabalhadores da CM Marinha Grande.

21 JUNHO

Denúncia pública da privatização de serviços essenciais em Beja.



CARTOON DE: MIGUEL SEIXAS